



Plano Rio Grande

Como estamos tornando o RS ainda mais forte.

Conheça as entregas e os projetos para a reconstrução do Estado.

Sumário



- 1.** Mensagem do governador Eduardo Leite - Pág. 03
- 2.** O que é o Plano Rio Grande - Pág. 04
- 3.** Como são a governança e a estruturação do Plano - Pág. 05
- 4.** O papel do Conselho do Plano Rio Grande e do Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática - Pág. 06
- 5.** Funrigs - Pág. 08
- 6.** Os eixos estruturantes do Plano - Pág. 14
- 7.** Principais entregas e projetos - Pág. 16
 - 7.1** Projetos Emergenciais - Pág. 18
 - 7.2** Projetos de Recuperação - Pág. 32
 - 7.3** Projetos de Diagnóstico, Governança e Preparação - Pág. 47
 - 7.4** Projetos de Resiliência - Pág. 60
- 8.** O Plano na vida das pessoas - Pág. 72
- 9.** Saiba mais - Pág. 74



1. Mensagem do governador Eduardo Leite

O que estamos fazendo hoje impactará as próximas décadas. O momento segue sendo de responsabilidade, empatia e compromisso.

Não sabemos quando virá outro evento meteorológico extremo, então temos de estar preparados. Por isso, nosso plano não se resume à reconstrução. Queremos, devemos e estamos fazendo um Rio Grande ainda melhor, atualizado, pronto para os desafios do futuro.

A tragédia nos afetou sem distinção.

O desafio imposto não é de um governo, de um partido ou de uma visão específica de mundo. É de todos nós. E, assim, vamos tornar nosso Estado ainda mais forte.”



Eduardo Leite

Governador do Rio Grande do Sul



2. O que é Plano Rio Grande

Um projeto de Estado: as bases para o futuro do Rio Grande do Sul

O Plano Rio Grande, lançado em maio de 2024, não foi concebido apenas como resposta emergencial à maior tragédia meteorológica da história do Estado, mas como um projeto estruturante e de longo prazo, com capacidade de transformar políticas públicas e preparar o Rio Grande do Sul para os desafios das próximas décadas.

Mais do que um plano de governo, trata-se de um compromisso de Estado com a reconstrução, a resiliência e a sustentabilidade. Cada ação, programa e investimento executado ao longo deste primeiro ano é parte de uma base sólida que permitirá a continuidade das transformações necessárias, independentemente dos ciclos políticos.

A Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG) foi instituída também em maio de 2024 com a finalidade de coordenar e integrar as iniciativas vinculadas ao Plano Rio Grande. Sua atuação concentra-se na articulação com as demais secretarias e outros órgãos do governo estadual, com o objetivo de avaliar e aprovar projetos alinhados às diretrizes estratégicas do plano. A missão central da SERG é assegurar que os recursos públicos sejam destinados às áreas de maior necessidade e que as ações implementadas resultem em benefícios concretos para a população.

Este governo assumiu a responsabilidade de fundar os alicerces de uma nova realidade para o povo do Rio Grande do Sul, promovendo a reorganização da infraestrutura, o fortalecimento institucional e a integração entre ciência, planejamento e ação pública.

A implementação do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), os mecanismos inovadores de governança, os programas de habitação e os investimentos em sistemas de proteção climática revelam uma visão de longo prazo, pautada pela prevenção de riscos e pela reconstrução com inteligência e equidade.

Esse esforço inicial não encerra o trabalho - ele inaugura uma nova etapa para o Rio Grande do Sul, baseada em evidências, na escuta da sociedade e na articulação federativa. A continuidade do Plano Rio Grande será essencial para consolidar avanços e garantir que o Estado seja mais preparado, resiliente e justo.

É dessa forma que o Rio Grande do Sul honra um dos episódios mais marcantes de sua história: olhando para frente, com coragem, responsabilidade e compromisso com as futuras gerações.



3. Como são a governança e a estruturação do plano

Mais do que reagir aos desastres que o Rio Grande do Sul enfrentou, o Plano Rio Grande é um projeto de transformação. A iniciativa une governo, sociedade civil, especialistas e municípios para que o Estado se recupere com mais força, mais justiça social e mais preparo para enfrentar os desafios climáticos dos próximos anos.

A governança do Plano Rio Grande foi concebida para garantir eficiência, integração e transparência. No centro do arranjo está o Comitê Gestor, responsável por articular a interlocução entre os poderes estadual, federal e municipal, além de deliberar sobre diretrizes estratégicas e inclusão de novas iniciativas. Coordenado diretamente pelo governador, o comitê desempenha um papel

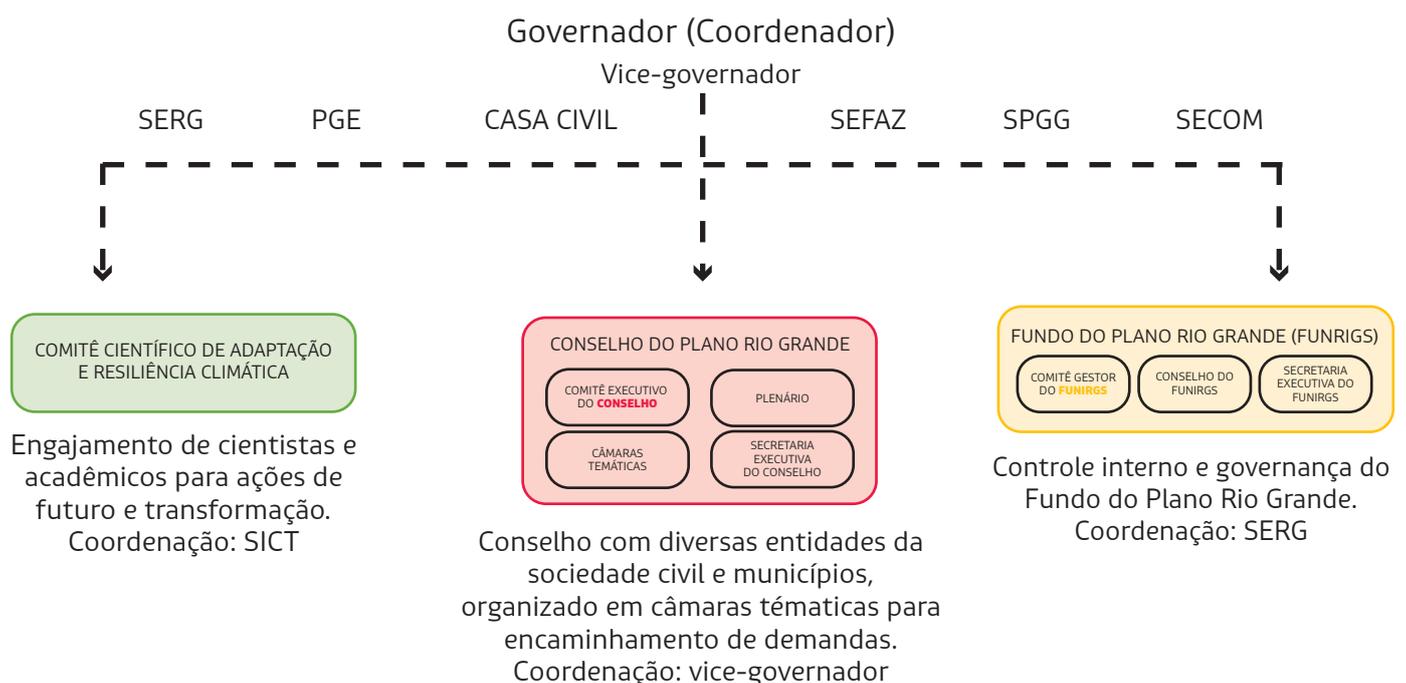
central na análise de demandas, propostas de programas e acompanhamento das frentes de trabalho.

Além do núcleo deliberativo, a governança do Plano Rio Grande é sustentada por uma estrutura integrada, composta por:

- Secretaria Executiva do Plano Rio Grande (Secretaria da Reconstrução Gaúcha)
- Conselho do Plano Rio Grande
- Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática
- Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs)

COMITÊ GESTOR

Deliberação sobre diretrizes estratégicas e inclusão de novas iniciativas no Plano Rio Grande





Primeira reunião do Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática - Crédito: Jürgen Mayrhofer

4. O papel do Conselho do Plano Rio Grande e do Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática

O Conselho do Plano Rio Grande é um órgão colegiado criado para integrar a sociedade civil às ações de reconstrução e desenvolvimento do Rio Grande do Sul após as enchentes de maio de 2024. Presidido pelo vice-governador, o Conselho conta com 182 representantes do poder público, da sociedade civil e de comunidades atingidas. Sua principal função é receber, analisar e encaminhar demandas relacionadas à recuperação do Estado, propondo soluções e monitorando a implementação das ações.

Desde a criação do Conselho, foram realizadas 19 reuniões de câmaras temáticas com a participação de cerca de 600 lideranças, que representaram mais de 300 entidades de todas as regiões do Estado. As câmaras temáticas são coordenadas por secretários estaduais e compostas por equipes técnicas e

membros convidados. Até abril de 2025, o Conselho já encaminhou 161 demandas de reconstrução – sendo que, dessas, 61 já foram concluídas, 34 se iniciaram e 66 foram direcionadas.

As câmaras são responsáveis por discutir e encaminhar questões específicas de seus respectivos setores, podendo instituir grupos de trabalho para tratar de assuntos exclusivos dentro de suas atribuições. Entre os temas, destacam-se infraestrutura, que aborda questões como a revitalização da malha ferroviária do Estado; meio ambiente, a qual endereçou soluções relacionadas ao bem-estar animal; e desenvolvimento social, que aborda assuntos como suporte humanitário e programas sociais para pessoas desabrigadas.

As câmaras têm reuniões regulares e desempenham um papel primordial na formulação de políticas públicas eficazes para a reconstrução e o futuro do Rio Grande do Sul.

O Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática é coordenado pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (Sict). Reúne especialistas da comunidade acadêmica, pesquisadores de universidades e Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) e profissionais de órgãos dedicados ao estudo das mudanças climáticas e ao desenvolvimento de soluções inovadoras.

Com caráter consultivo e propositivo, o comitê atua como instância de apoio técnico-científico, contribuindo com análises qualificadas sobre os desafios enfrentados pelo RS no contexto da reconstrução. Sua participação visa assegurar que as decisões públicas sejam baseadas em evidências e integradas ao conhecimento científico mais atual.

Entre suas atribuições, destacam-se a colaboração na elaboração de estudos técnicos, a identificação de boas práticas e tecnologias aplicáveis e a recomendação de ajustes técnicos, tecnológicos e científicos às políticas públicas executadas no âmbito do Plano Rio Grande.

Foram objeto de consultas ao comitê soluções como a implantação de radares hidrometeorológicos e outros elementos do sistema de mapeamento e monitoramento. Além disso, os eixos estruturantes do Plano Rio Grande, bem como a estratégia de integração com outros mecanismos de planejamento, são sistemicamente aprimorados por meio da contribuição dos membros do comitê.

A atuação do órgão fortalece o diálogo entre governo, ciência e sociedade, promovendo respostas mais eficazes e sustentáveis aos efeitos da crise climática.

Reunião de alinhamento do Plano Rio Grande no Palácio Piratini - Crédito: Mauricio Tonetto



5. Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs)

O Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) é um fundo público que representa um dos pilares do plano, destinado a proporcionar os recursos financeiros necessários para as ações de reconstrução e adaptação. Criado pelo Decreto nº 57.647, é composto por aportes do Tesouro Estadual, emendas parlamentares, doações e outras fontes de financiamento.

O Funrigs foi criado no contexto da promulgação da Lei Complementar nº 206 pelo governo federal, em maio de 2024, quando ficou autorizada a postergação do pagamento de dívidas dos entes federativos afetados por calamidades públicas. A lei determinou ainda que os valores equivalentes aos montantes postergados em decorrência de eventos climáticos extremos deveriam ser direcionados integralmente a um plano de investimentos em ações de enfrentamento e mitigação dos danos da calamidade pública.

Isso deveria ser feito por meio de um fundo público específico a ser criado no âmbito do ente federativo.

Assim, a fim de segregar, centralizar e angariar recursos destinados para o enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais decorrentes das enchentes no Rio Grande do Sul, o governo do Estado criou o Funrigs.

Em 2024, os valores decorrentes da postergação da dívida corresponderam ao montante de R\$ 1.908.011.365,60. Para 2025, estão projetados mais R\$ 4.264.403.444,33. Para 2026 e 2027, serão R\$ 5.541.744.979,30 e R\$ 2.678.981.743,81, respectivamente.

VALORES DA POSTERGAÇÃO DA DÍVIDA

2024	R\$ 1.908.011.365,60
2025	R\$ 4.264.403.444,33
2026	R\$ 5.541.744.979,30
2027	R\$ 2.678.981.743,81

A governança do Funrigs envolve um Comitê Gestor específico do fundo - composto por representantes do núcleo de governo - e um Conselho Consultivo, que asseguram a transparência e a boa gestão dos recursos. O conselho é composto por representantes de universidades, centros tecnológicos, entidades empresariais e ambientais, sindicatos e pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs).

O Funrigs visa não apenas à reconstrução física, mas também à promoção da resiliência climática a longo prazo, incluindo:

- Infraestrutura logística e de mobilidade urbana e rural, com foco no restabelecimento e na recuperação de serviços essenciais;
- Infraestrutura de serviços públicos, especialmente saúde, educação e segurança;
- Condições habitacionais, com ênfase nas populações carentes diretamente afetadas pelos eventos meteorológicos;
- Realocação de populações afetadas pelos desastres meteorológicos;
- Resiliência climática, por meio de infraestrutura e estratégias sociais, econômicas e tecnológicas para mitigar a vulnerabilidade em relação ao clima.
- Desenvolvimento econômico sustentável, com investimentos estratégicos para criar infraestrutura econômica, fortalecer cadeias produtivas e incentivar a inovação;
- Contas estaduais equilibradas, para que o Estado se recupere economicamente e se prepare para enfrentar possíveis eventos meteorológicos extremos no futuro.

Até abril de 2025, já foram aprovados cerca de R\$ 8,5 bilhões em recursos, dos quais R\$ 3.716.717.194,59 já foram empenhados e R\$ 1.739.584.722,51, liquidados.¹

Resoluções com aprovações via Funrigs:

RESOLUÇÃO	PROGRAMAS APROVADOS	VALOR APROVADO	ÓRGÃO SOLICITANTE
Resolução 01 (02/08)	Contratação de empresa especializada em avaliação de segurança de barragens (1)	R\$ 7.145.161,46	SEAPI
	Contratação de empresa especializada em avaliação de segurança de barragens (2)	R\$ 2.869.346,43	SEAPI
	Projeto de Reestruturação das Forças de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul	R\$ 280.528.000,00	SSP
	Programa PRONAMPE Gaúcho	R\$ 100.000.000,00	SEDEC
Resolução 03 (30/08)	Projeto de Contratação de Serviços de Consultoria Especializada	R\$ 540.000,00	GVG
	Contratação de empresa especializada para a elaboração de projeto e execução de obras de loteamento na cidade de Muçum/RS	R\$ 2.800.000,00	SEDUR
Resolução 04 (02/10)	Programa MEI RS Calamidades	R\$ 63.000.000,00	STDP
	Programa de Manutenção de Talentos	R\$ 14.400.000,00	SICT
	Programa Badesul Renova RS	R\$ 100.000.000,00	SEDEC
	Programa Minha Casa. Minha Vida - Entidades Rurais	R\$ 12.000.000,00	SEHAB
	Projeto de Recuperação da Estação Rodoviária de Porto Alegre	R\$ 2.298.890,30	SELT
	Programa Desassorear RS	R\$ 300.000.000,00	SEDUR / SEMA
	Projeto de Reestruturação das Forças de Segurança	R\$ 4.141.685,14	SSP

RESOLUÇÃO	PROGRAMAS APROVADOS	VALOR APROVADO	ÓRGÃO SOLICITANTE
Resolução 06 (31/10)	Projeto Estradas Vicinais	R\$ 107.700.000,00	SEAPI
	Programa Estratégico Horas-Máquina	R\$ 27.632.138,00	SEDUR
	Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	R\$ 50.000.000,00	FAPERGS
	Projeto de Contratação de Encosta da Comunidade Socioeducativa da Vila Cruzeiro	R\$ 2.143.218,00	SSPS
	Programa Porta de Entrada	R\$ 100.897.858,00	SEHAB
	Projeto de Desapropriação de Áreas de Loteamento	R\$ 10.728.728,00	SEHAB
	Programa A Casa é Sua - Modalidade Calamidade	R\$ 11.141.600,00	SEHAB
	Programa A Casa é Sua - Modalidade Calamidade Fase II	R\$ 134.904.000,00	SEHAB
	Programa Emergencial Manejo da População de Cães e Gatos	R\$ 7.174.163,04	SEMA
	Projeto de Mapeamento Topográfico	R\$ 92.384.735,26	SEMA
	Projeto de Batimetria	R\$ 47.374.050,00	SEMA
	Projeto de Modernização e Incremento da Frota Veicular	R\$ 13.996.920,00	Casa Militar / Defesa Civil
Reforma da Pista de Atletismo do CETE	R\$ 7.150.000,00	SEL	
Resolução 07 (12/11)	Radares Meteorológicos	R\$ 130.294.076,99	Casa Militar / Defesa Civil
	Estações de Monitoramento Hidrometeorológico	R\$ 19.157.211,05	Casa Militar / Defesa Civil
	Modelagem Hidrodinâmica	R\$ 7.075.031,40	Casa Militar / Defesa Civil
Resolução 08 (19/11)	A Casa é Sua - Modalidade Calamidade - Etapa Execução de Fossa Séptica	R\$ 6.807.354,86	SEHAB
	A Casa é Sua - Modalidade Calamidade - Loteamento São Gabriel - Cruzeiro do Sul	R\$ 7.426.672,99	SEHAB
	Restabelecimento e Estruturação dos Órgãos da Segurança Pública	R\$ 645.659.939,28	SSP
	Partiu Futuro Reconstrução	R\$ 27.628.324,00	SEDES
	Concessão do Bloco 2 de Rodovias - Vale do Taquari	R\$ 1.300.000.000,00	SELT
	Reconstrução da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí	R\$ 621.373,28	MPRS
	Recuperação da CEASA/RS	R\$ 11.282.497,00	SDR/CEASA/RS

RESOLUÇÃO	PROGRAMAS APROVADOS	VALOR APROVADO	ÓRGÃO SOLICITANTE
Resolução 09 (19/11)	Recuperação de Rodovias Estaduais (10 LOTES)	R\$ 973.363.537,74	SELT/DAER
	Renda Verde	R\$ 658.000.000,00	SEDES
Resolução 10 (25/11)	Recuperação de Rodovias Estaduais (2 Lotes)	R\$ 220.582.608,42	SELT/DAER
	Reconstrução da Portos RS	R\$ 731.389.734,00	SELT
Resolução 11 (23/12)	Reforma e Adequação da Promotoria de Justiça de São José do Norte	R\$ 690.000,00	MPRS
	RENOVATEC: Direito à Resiliência Climática	R\$ 26.245.745,94	Defensoria Pública
	Recuperação de Rodovias Estaduais	R\$ 158.417.176,76	SELT/DAER
	UERGS	R\$ 9.014.865,11	UERGS
	Modernização e Incremento da Frota Veicular recursos adicionais	R\$ 367.200,00	Casa Militar / Defesa Civil
	Estações de Monitoramento Hidrometeorológico recursos adicionais	R\$ 8.598.888,95	Casa Militar / Defesa Civil
Resolução 12 (26/12)	Modelagem Hidrodinâmica recursos adicionais	R\$ 1.071.634,82	Casa Militar / Defesa Civil
	Reclassificação	R\$ 667.429.991,48	-
Resolução 01 (27/01/2025)	Suplementação de Radares Meteorológicos	R\$ 74.483.877,83	Casa Militar / Defesa Civil
	Suplementação Reestruturação das Forças de Segurança	R\$ 3.988.730,91	SSP
	Suplementação Reestruturação das Forças de Segurança	R\$ 16.363.400,00	SSP
Resolução 02 (11/02/2025)	Recomposição da Frota Veicular	R\$ 4.735.000,00	Defensoria Pública
	Recuperação de Prédio	R\$ 11.095.453,65	Defensoria Pública
	Suplementação Reestruturação das Forças de Segurança	R\$ 846.411,51	SSP
	Suplementação Reestruturação das Forças de Segurança	R\$ 226.469,88	SSP
	Recuperação e Readaptação de Prédios	R\$ 29.214.326,86	SEFAZ
	Recuperação da Estação Rodoviária de Porto Alegre	R\$ 18.219.491,69	SELT/DAER
	Restauração do Museu de Arte do Rio Grande do Sul - MARGS	R\$ 693.780,00	SEDAC
	Restauração do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa	R\$ 95.200,00	SEDAC
	Centro da Juventude - Reconstrução	R\$ 14.000.000,00	SEDES
	Centro Dia para Pessoas Idosas - 2ª edição	R\$ 26.700.000,00	SEDES
Avançar SUAS - Reconstrução	R\$ 50.000.000,00	SEDES	

RESOLUÇÃO	PROGRAMAS APROVADOS	VALOR APROVADO	ÓRGÃO SOLICITANTE
Resolução 03 (14/02/2025)	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital da EGR (Obras emergenciais)	R\$ 45.488.191,24	SELT
	Projetos de Reconstrução de Rodovias Estaduais - ERS 431 e ERS 433	R\$ 187.309.714,30	SELT/DAER
	Eixo 1: Programa de Recuperação Socioprodutiva e Ambiental e Incremento da Resiliência Climática da Agricultura Familiar Gaúcha	R\$ 300.000.000,00	SDR
	Projeto RioS	R\$ 30.000.000,00	SEREG
Resolução 04 (21/02/2025)	Programa Estratégico "Horas-Máquinas"	R\$ 27.105.249,00	SEDUR
	Projeto "Reciclagem do resíduo da construção civil e demolição (RCD) do bairro Passo de Estrela, Cruzeiro do Sul"	R\$ 1.750.000,00	SEMA
Resolução 05 (24/03/2025)	Adequação do Aeroporto de Passo Fundo (02 caminhões e 01 ambulância)	R\$ 7.969.838,83	SELT
	Reconstrução de Rodovias Estaduais - ERS 453	R\$ 145.679.884,05	SELT
	Aquisição de Poltronas para o Auditório Marcelo Kufner	R\$ 319.146,40	MPRS
	Restauração de Pisos dos Pavilhões do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil	R\$ 7.060.182,23	SEAPI
	Aquisição de Drones	R\$ 1.236.874,80	Casa Militar / Defesa Civil
	A CASA É SUA - CALAMIDADE - MODALIDADE MÓDULOS TRANSPORTÁVEIS - FASE II	R\$ 17.217.585,19	SEHAB
	Pesquisa e Desenvolvimento voltado a Desastres Climáticos	R\$ 15.000.000,00	SICT
RESTAURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS	R\$ 8.541.013,92	SEDAC	

RESOLUÇÃO	PROGRAMAS APROVADOS	VALOR APROVADO	ÓRGÃO SOLICITANTE
Resolução 07 (14/04/2025)	Recuperação das Rodovias Estaduais VRS-840 e VRS-873.	R\$ 55.089.773,57	SELT
	Base de Aviação Naval no Aeroporto de Rio Grande	R\$ 1.395.200,00	SELT
	Atualização do Anteprojeto de Engenharia do Dique de Eldorado do Sul	R\$ 4.000.000,00	SEDUR
	Construção de Novo Quartel da Brigada Militar de Barra do Rio Azul	R\$ 700.000,00	SSP
	Modernização e Incremento da Frota Veicular - Aquisição de Caminhões Cisterna	R\$ 3.415.000,00	Casa Militar / Defesa Civil
	Recuperação de Caminhões	R\$ 2.325.673,46	SEAPI
	Ambientes de Inovação, Resiliência Climática e Ativação Econômica	R\$ 20.000.000,00	SICT
	RS Talentos - Resiliência Climática e Ativação Econômica	R\$ 21.600.000,00	SICT
	Reforma e Manutenção da Promotoria de Justiça de Encantado	R\$ 236.241,62	MPRS
	Gestão e Continuidade da Procergs	R\$ 87.869.516,00	SPGG
	Pavimentação do Loteamento Cidade Alta II - Muçum	R\$ 892.748,02	SEDUR
	Bônus Mais Leite	R\$ 30.000.000,00	SDR
	Partiu Futuro Reconstrução - 2ª Edição	R\$ 99.512.424,00	SEDES
	RS Qualificação - Recomeçar	R\$ 39.330.000,00	STDP
Restauração de Acervos Históricos e Culturais	R\$ 6.403.831,00	SEDAC	
VALOR TOTAL APROVADO		R\$ 8.532.184.587,66	



Ordem de início de serviço do Desassorear RS em Bento Gonçalves - Crédito: Mauricio Tonetto

6. Eixos estruturantes

O portfólio do Plano Rio Grande foi concebido como um documento dinâmico, cuja carteira de projetos não é fixa, permitindo a inclusão de novas iniciativas à medida que surgem demandas ou oportunidades. Esse caráter flexível é essencial para implementar as ações que a população espera do poder público.

A atualização do plano conta com o apoio do Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática. Os especialistas de universidades e centros de pesquisa que compõem o órgão têm um papel essencial na revisão técnica dos programas e na sugestão de melhorias.

Logo após o lançamento do plano, o comitê analisou os projetos estruturantes e seus três eixos originais: Emergencial, Reconstrução e Rio Grande do Sul do Futuro. A partir dessa análise, sugeriu mudanças importantes, que foram adotadas pelo governo:

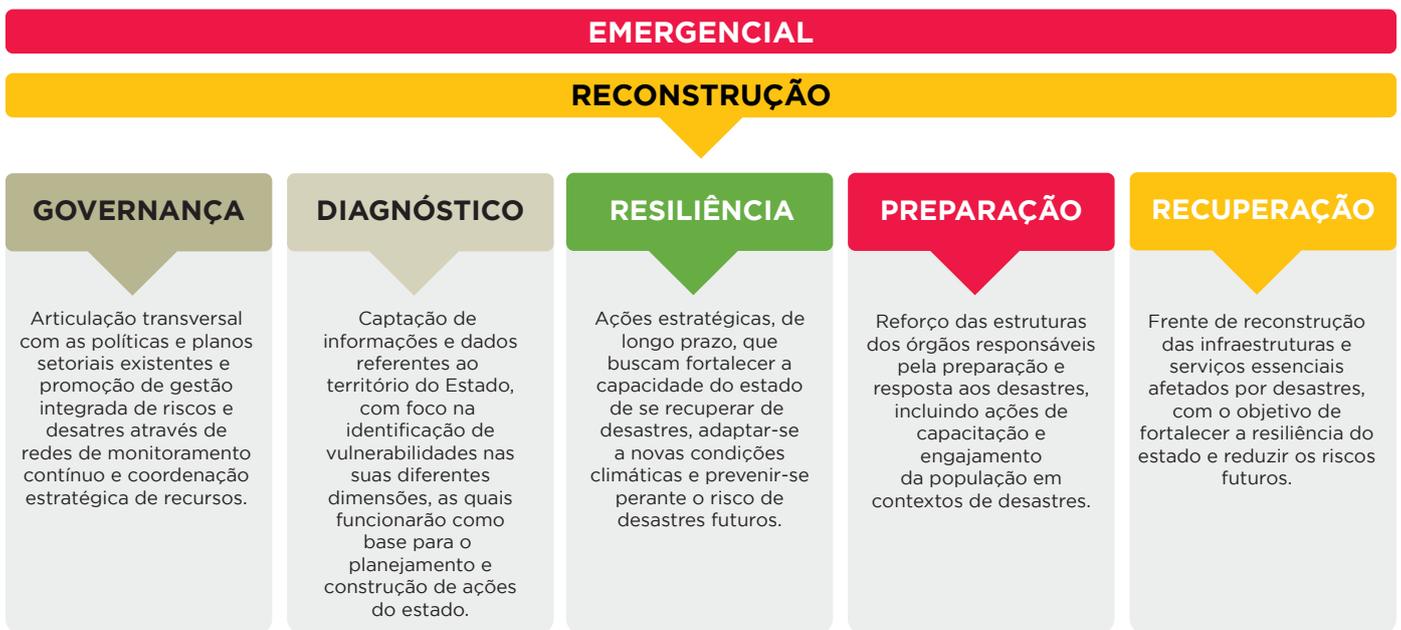
O eixo Reconstrução passou a se chamar Recuperação, deixando claro que reconstruir o Estado vai além das obras – envolve também ações sociais, ambientais e econômicas. Dessa forma, “Reconstrução” passou a ser entendido como referência para todas as ações desenvolvidas no âmbito dos eixos do Plano Rio Grande.

Dois novos eixos foram incluídos: Governança e Diagnóstico, para reforçar a base técnica, informacional, de planejamento e articulação entre os diferentes órgãos e setores.



Assim, a estrutura do Plano Rio Grande incorpora as iniciativas de resposta e restabelecimento implementadas no período Emergencial (durante e imediatamente após o evento) e, sob o escopo da Reconstrução, estão os eixos de:

Governança, Diagnóstico, Preparação, Resiliência e Recuperação. Todas essas iniciativas podem ser observadas no Ciclo de Desastres, a fim de constituir uma estratégia de ação integrada e mais efetiva na gestão de riscos e desastres.



Eixo Governança - Estruturação de arranjo de governança horizontal e vertical, a fim de estabelecer uma articulação entre diferentes atores e diversas áreas para a gestão de programas. Inclui o planejamento e a hierarquização dos investimentos em gestão de risco e desastres, além de proporcionar uma visão sistêmica das ações e a integração com os planos setoriais.

Eixo Diagnóstico - Ações de mapeamento e coleta de informações de forma tecnológica e estratégica como subsídio para formulação e planejamento de políticas e ações orientadas à redução de impactos de desastres. Inclui conhecimento de áreas vulneráveis no Estado - ocupações urbanas, produção em regiões de risco - e a identificação de potenciais ameaças à ocorrência de eventos.

Eixo Resiliência - Ações de caráter “não estruturante” e “estruturante” orientadas à mitigação de danos e perdas decorrentes da ocorrência de eventos extremos. As primeiras referem-se à capacitação e mobilização comunitária em relação ao conhecimento acerca dos riscos de desastres, à atuação coletiva e à

convivência sustentável. As ações estruturantes, por sua vez, estão voltadas a alterações nos condicionantes do meio físico - incluindo adaptações em infraestruturas, gerenciamento e ocupação do solo.

Eixo Preparação - Programas orientados à ampliação da capacidade de ação em contextos de desastres, considerando ações integradas de agentes estatais; gerenciamento da população voluntária; engajamento da comunidade em ações conjuntas e solidárias; e estratégias de deslocamento, distribuição de insumos e atendimento à população desabrigada.

Eixo Recuperação - Ações voltadas à reconstrução e ao restabelecimento de infraestruturas e serviços essenciais afetados por desastres, com o objetivo de fortalecer a resiliência do Estado e reduzir futuros riscos. Os projetos incluem a reconstrução de pontes, rodovias, hospitais, escolas, habitações e outros prédios públicos, assegurando a continuidade da prestação de serviços à população e promovendo a recuperação econômica e social.

7 – Principais entregas e projetos

Após os eventos meteorológicos ocorridos em maio de 2024, o Governo do Rio Grande do Sul adotou uma série de medidas emergenciais com o objetivo de mitigar os impactos à população e restabelecer os serviços essenciais. Entre as principais ações imediatas, destacam-se a mobilização dos recursos arrecadados por meio de doações via Pix na garantia de apoio humanitário, o reforço do funcionalismo, a aquisição de suprimentos e a recuperação de infraestrutura nas regiões mais afetadas.

Recursos do Pix

Após as enchentes de maio de 2024, em meio às iniciativas implementadas pelo governo estadual, foi lançada a campanha de doações via Pix. A ação criou um canal seguro para realização de doações para o Estado e posterior implementação de programas vinculados à recuperação do RS. Atualmente, as arrecadações nessa modalidade somam R\$ 142.353.433,36, dos quais R\$ 113.360.800,00 já foram distribuídos.

Entre os recursos já distribuídos foram contemplados programas de distribuição de renda, reforço a microempreendedores e fortalecimento da agricultura familiar, entre outros, como detalhado a seguir.

O MEI RS Calamidades é um programa criado pelo governo do Estado para a retomada e o incentivo aos microempreendedores individuais (MEIs) atingidos. No total, foram 22.460 mil MEIs com endereço na mancha de inundação nos municípios em situação de calamidade beneficiados. Estruturado em três eixos, sendo o primeiro deles “Retomada”, totalizou pagamento de R\$ 33.690.000 provenientes do recurso arrecadado via Pix.

Perante os danos gerados à agricultura, 1.107 agricultores afetados, cadastrados no Cadastro Nacional de Agricultura Familiar, foram beneficiados, totalizando repasse de R\$ 2.214.000. Além disso, R\$ 1.300.000 foram destinados para a Fundação Cultural Gaúcha, distribuídos entre repasses de R\$ 50.000 a 26 Centros de Tradições Gaúchas (CTGs).

O repasse pelo programa PIX SOS contemplou famílias residentes em municípios com decreto de calamidade ou emergência, que ficaram desabrigadas/desalojadas, cadastradas no CadÚnico, com renda de até três salários-mínimos e renda individual de um salário, e que não receberam recursos do programa Volta por Cima. Foram creditados R\$ 2.000 para 36.876 famílias em 89 municípios com decreto de estado de calamidade pública, totalizando R\$ 73.752.000.

Localizada em Porto Alegre, a Casa Violeta, entidade de acolhimento de mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade após as enchentes, também recebeu verbas. Os recursos do Pix somaram mais de R\$ 2 milhões, destinados ao espaço que inclui brinquedoteca; fraldário; espaço multiuso; salas de capacitação, de bem-estar e de atendimentos especial e psicológico; refeitório; cozinha; depósito; consultórios; farmácia; almoxarifado; lavanderia; espaço pet; sala administrativa; e espaços para armazenamento de alimentos, itens de limpeza e roupas.

Com os recursos do Pix também foram adquiridos 15 mil cobertores, totalizando R\$ 300.000, a serem distribuídos para os atingidos.

PROGRAMAS	TOTAIS
MEI Calamidades	R\$ 33.690.000,00
Cadastro Nacional de Agricultura Familiar	R\$ 2.214.000,00
PIX SOS	R\$ 73.752.000,00
Cobertores	R\$ 300.000,00
CTGs	R\$ 1.300.000,00
Casa Violeta	R\$ 2.104.800,00
Valores Pagos Pix	R\$ 113.360.800,00

Os recursos restantes já estão destinados para promoção da 2ª Rodada do MEI Calamidades, bem como para ações de recuperação e resiliência no Vale do Taquari.

Estão em andamento Soluções Baseadas na Natureza (SBN) nos municípios de Cruzeiro do Sul e Muçum. O projeto tem como uma de suas finalidades a recuperação e transformação do bairro Passo de Estrela, em Cruzeiro do Sul. A iniciativa prevê um conjunto de ações para limpeza, separação e reaproveitamento de materiais, seguido da implantação de um parque alagável

implementando SBN em uma área de aproximadamente 250.000 metros quadrados, visando garantir a resiliência e mitigar os impactos dos desastres recentes.

Em Muçum, a iniciativa prevê a implantação de um parque alagável implementando SBN em uma área de aproximadamente 28.000 metros quadrados, visando mitigar os impactos dos desastres climáticos, contribuindo não apenas para a requalificação ambiental, mas também social e cultural do município.

Reforço no Funcionalismo

As diretrizes do Plano Rio Grande e as ações necessárias à sua consecução aceleraram um debate já em curso no governo do Estado: a reestruturação das carreiras dos servidores públicos - um trabalho liderado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, que resultou na promulgação da Lei 16.165, de 2024, aprovada pelo Parlamento gaúcho em julho do mesmo ano.

O novo plano de carreira, com regras de evolução atrativas e remuneração alinhada à prática no mercado, foi essencial para estancar a evasão de talentos e viabilizar a contratação emergencial de novos servidores.

O projeto previu a contratação temporária de 2.052 profissionais - uma força essencial para colocar em andamento, com a qualidade e agilidade necessárias, os projetos que impulsionam a reconstrução do Estado.

O processo seletivo simplificado despertou o interesse de 86,2 mil pessoas de todo o Brasil, com mais de 56 mil inscrições homologadas - uma demonstração de que a reestruturação das carreiras atingiu seu objetivo de atrair novos talentos. Em 14 de abril de 2025, os primeiros servidores temporários entram em exercício para contribuir com a elaboração e execução das políticas públicas que integram a estratégia de recuperação e reconstrução do Rio Grande.

Além disso, mais 200 servidores efetivos também ingressaram no governo com os temporários, reforçando ainda mais o Estado no momento de reconstrução.

Diversas outras ações foram realizadas, divididas em diferentes projetos.



7.1 Projetos Emergenciais



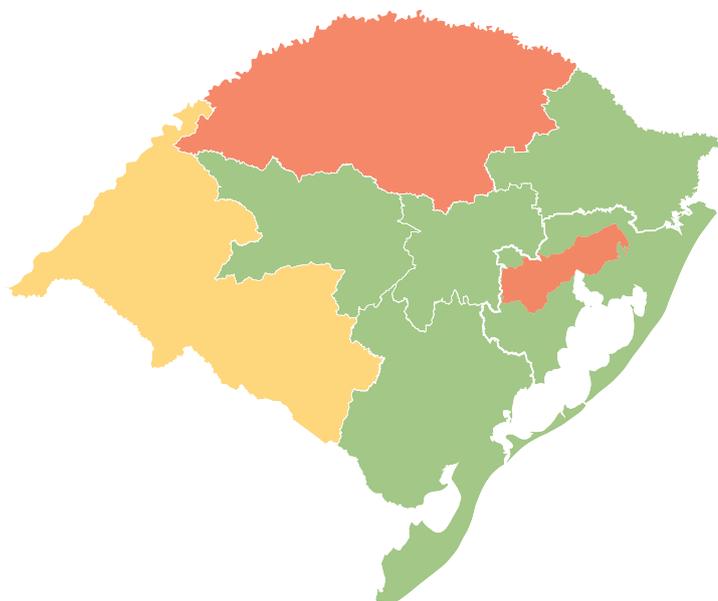
Bases avançadas e Centro Administrativo de Contingência



Bases avançadas - Foto: Gustavo Mansur



Centro Administrativo de Contingência - Foto: Ascom SPGG



Operacionais/Logística:

Porto Alegre
Santa Maria
Lajeado
Santa Cruz
Pelotas
Caxias do Sul/Bento Gonçalves
São Sebastião do Caí

Suporte logístico:

Passo Fundo
Eldorado

O governador determinou, em 1º de maio de 2024, a mobilização de bases avançadas em pontos estratégicos para garantir a coordenação territorial da resposta emergencial e o apoio direto aos municípios afetados pelas chuvas.

Foram instaladas três dessas bases: uma em Santa Cruz do Sul, com foco no atendimento à região do Vale do Rio Pardo; uma em Bento Gonçalves, para atuação na Serra e entorno; e uma terceira em São Sebastião do Caí, com prioridade na articulação de ações na Bacia do Rio Caí.

As estruturas permitiram o deslocamento de equipes técnicas e de lideranças do governo estadual, otimizando o fluxo de informações, a interlocução com prefeituras e a execução mais ágil de medidas de resposta e assistência humanitária.

Paralelamente à instalação das bases avançadas, a Defesa Civil Estadual ativou as bases operacionais das Coordenações Regionais de Proteção e Defesa Civil (CREPDECs), responsáveis por dar suporte logístico, técnico e institucional às ações de resposta em suas respectivas regiões.

As CREPDECs funcionaram como ponto de apoio aos municípios, facilitando a distribuição de recursos, o monitoramento de riscos e a articulação com as demais forças de segurança e salvamento. Essa mobilização descentralizada foi fundamental para garantir a capilaridade e a continuidade das ações em um cenário de desastre de grandes proporções.

Com o avanço das ações e a necessidade de fortalecer a governança da crise em nível estadual, foi iniciada a operação do Centro Administrativo de

Contingência (CAC). Localizado em Porto Alegre, o CAC passou a funcionar como espaço físico de coordenação integrada, reunindo diferentes secretarias e órgãos estaduais, além de instituições federais e parceiros estratégicos.

O objetivo foi centralizar decisões estratégicas, padronizar protocolos de atuação e assegurar uma resposta mais efetiva e coordenada ao desastre – com apoio técnico, jurídico, logístico e de comunicação.

A constituição das bases avançadas, o acionamento das CREPDECs e a posterior ativação do CAC representaram etapas complementares da gestão da emergência meteorológica, marcadas por uma atuação em rede, com presença territorial e fortalecimento da capacidade de resposta do Estado.

O modelo permitiu enfrentar os desafios logísticos e operacionais impostos pela catástrofe, garantindo maior proximidade com os municípios e melhor distribuição de insumos e informações, além de agilidade na tomada de decisões.

Diante dos desafios impostos pelas enchentes, o foco inicial das ações emergenciais em 2024 foi a implementação imediata de medidas para restabelecer a normalidade nas áreas afetadas. Essas ações envolveram a mobilização de recursos para operações de resgate, limpeza de áreas impactadas e recuperação de infraestruturas críticas e serviços como saúde e educação.

Órgão responsável: Gabinete do Governador e Defesa Civil

Centros Humanitários de Acolhimento



Os Centros Humanitários de Acolhimento, inaugurados pelo governo em julho de 2024, oferecem dignidade e proteção a famílias que perderam suas moradias devido às enchentes. Localizados em Porto Alegre e Canoas, os três centros – administrados pela Agência da ONU para Migrações (OIM) e financiados pelo Sistema Fecomércio/Sesc/Senac – chegaram a abrigar cerca de mil pessoas durante o pico da emergência.

Os Centros Vida (Porto Alegre) e Esperança (Canoas), possuem 9 mil metros quadrados cada, e foram projetados para oferecer um ambiente acolhedor, contando com refeitórios (onde são oferecidas quatro refeições diárias), lavanderias, brinquedotecas, fraldários e lactários, além de amplas áreas de convivência.

Os dormitórios foram organizados de forma a respeitar a privacidade de grupos familiares, homens, mulheres e membros da comunidade LGBTQIA+. A estrutura foi ainda enriquecida por doações de parceiros privados e desenvolvida em colaboração com organizações não governamentais (ONGs) e agências da Organização das Nações Unidas (ONU), incorporando as melhores práticas em acolhimento.

O Centro Recomeço, em Canoas, também foi planejado para garantir atendimento humanizado a famílias atingidas em 126 unidades habitacionais na área de 60 mil metros quadrados. A unidade foi desmobilizada após as famílias serem realocadas.

Mais do que meros abrigos temporários, os Centros Humanitários de Acolhimento representam um suporte fundamental para a reconstrução de vidas e a inclusão social. Além do acolhimento, são oferecidas ações voltadas para a empregabilidade e capacitação profissional, bem como assistência médica, incluindo cuidados com a saúde mental.

Os Centros têm um caráter provisório e atenderão até junho de 2025, quando as famílias que ainda se encontram nas unidades serão encaminhadas para moradias temporárias ou permanentes, assegurando uma transição digna para um novo lar e a possibilidade de recomeço.

Órgão responsável: Gabinete do Vice-Governador

Repasse de Aluguel Social + Estadia Solidária



Foi pactuado o repasse, fundo a fundo, do cofinanciamento estadual extraordinário, no valor de R\$ 60 milhões, para o Aluguel Social e a Estadia Solidária à população atingida pelas chuvas.

Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

Fundo a fundo da Defesa Civil



Um total de R\$ 328 milhões em recursos do Fundo Estadual de Defesa Civil do Estado foram transferidos para os Fundos Municipais de Proteção e Defesa Civil, com a finalidade de promover ações de resposta e de restabelecimento dos municípios.

Órgão responsável: Casa Militar (Defesa Civil).

Programa Volta por Cima



O programa destina R\$ 2,5 mil para famílias desabrigadas ou desalojadas. A quase totalidade do recurso previsto já foi destinada. O pagamento ocorreu em oito lotes, somando R\$ 195.437.500 para 78.175 famílias que cumpriram os requisitos previstos nos decretos sobre o assunto:

- Ter sido desabrigada ou desalojada em razão de eventos climáticos adversos ocorridos entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2024, conforme Decreto Estadual 57.607;
- Residir em município com Decreto de Situação de Emergência ou Calamidade Pública homologado pelo governo do Estado (Decreto 57.646, de 30 de maio de 2024);

- Ter cadastro incluído pelas equipes de Assistência Social municipais em formulário disponibilizado pelo programa Volta por Cima (Decreto nº 57.657, de 11 de junho de 2024) ou ter sido identificada como moradora de área atingida a partir do mapeamento realizado pelo governo estadual (Decreto nº 57.623, de 17 de maio de 2024)

- Constar no Cadastro Único (CadÚnico) na condição de pobre ou extremamente pobre, mesmo com a inscrição sendo realizada após os eventos climáticos.

Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

Mapa Único do Plano Rio Grande



O Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP) é uma estratégia de mapeamento territorial das áreas diretamente atingidas pelas enchentes de 2024. A chamada “mancha oficial” consolidou informações fundamentais para as ações emergenciais e o planejamento da reconstrução de médio e longo prazo.

Diante da indisponibilidade dos sistemas de informação do Estado, a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) iniciou o mapeamento por meio de imagens de satélite contratadas, ainda na primeira semana de maio de 2024. Em poucos dias, a primeira versão da mancha passou a ser utilizada internamente na gestão da crise, possibilitando o cruzamento de dados e a identificação de endereços, domicílios, empresas, equipamentos públicos e população afetada.

Com atualizações semanais, o MUP foi aprimorado a partir da incorporação de novos insumos – como os dados do Censo Demográfico 2022, do Cadastro Único, da Receita Estadual e do georreferenciamento de equipamentos públicos. A ferramenta recebeu também a colaboração de universidades regionais e os resultados da atuação conjunta com municípios para demarcação de áreas não mapeadas.

Lançado publicamente em 15 de julho de 2024, o MUP consolidou-se como um sistema único e integrado de informações territoriais sobre o impacto

dos desastres. Na versão de 3 de setembro de 2024, foram identificadas 971 mil pessoas atingidas, residentes em 465 mil domicílios. Também foram registrados mais de 108 mil estabelecimentos empresariais afetados, incluindo 53 mil microempreendedores individuais (MEIs); 782 escolas; 243 unidades de saúde (21 hospitais); 60 museus; 52 Centros de Referência de Assistência Social (Cras); 25 delegacias da Polícia Civil e 11.572 quilômetros de malha viária.

O MUP permitiu a execução célere de ações emergenciais, como os pagamentos do Programa Volta Por Cima e do PIX SOS, beneficiando 320 mil pessoas de 137 mil famílias vulneráveis, com um valor total aproximado de R\$ 457 milhões em transferências diretas.

Também embasou a formulação de políticas públicas, como os programas Porta de Entrada e A Casa é Sua, voltados à habitação; e de iniciativas de retomada econômica, como o MEI Calamidade e o Pronampe Gaúcho, destinados a cerca de 25 mil pequenos empreendedores.

Como base dinâmica de dados geoespaciais e registros administrativos, o MUP segue em constante atualização, estruturando a governança da reconstrução do Estado.

Órgão responsável: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão

Programa Mais Efetivo

Chamado aos policiais que integram a reserva da Brigada Militar há dez anos. A iniciativa buscou apoio em situações que demandaram maior contingente.

Órgão responsável: Secretaria da Segurança Pública

Dispensa da exigência de estorno dos créditos de ICMS

Empresas atingidas ficaram dispensadas da exigência de estorno dos créditos de ICMS de estoques de mercadorias perdidas, conforme Decreto 57.618. A medida valeu de 14 de maio até 31 de dezembro de 2024.

Órgão responsável: Secretaria da Fazenda

Prorrogação dos prazos de pagamento do ICMS Geral

O Decreto 57.636/2024 estendeu a prorrogação dos prazos de pagamento do ICMS, sem multa e juros, a todos os estabelecimentos de contribuintes localizados no Rio Grande do Sul.

Órgão responsável: Secretaria da Fazenda

Prorrogação dos prazos de pagamento do Simples Nacional

O novo calendário do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) adiou a data de pagamento dos tributos exigidos pelo Simples Nacional, regime que abrange microempresas e empresas de pequeno porte.

Órgão responsável: Secretaria da Fazenda

Isenção de ICMS nas doações

Por meio de dispositivo legal que consta no regulamento do ICMS, o governo isentou a cobrança do imposto estadual sobre doações de mercadorias ao Estado e a entidades governamentais e assistenciais que prestaram apoio às vítimas de calamidade pública.

Órgão responsável: Secretaria da Fazenda

Antecipação de metade do 13º dos servidores

Metade do 13º salário de servidores públicos estaduais foi antecipado, com pagamento da primeira metade da parcela em junho de 2024.

Órgão responsável: Secretaria da Fazenda

Reabertura do Aeroporto Internacional Salgado Filho em Porto Alegre Crédito: Jürgen Mayrhofer



Iisenção de ICMS para auxiliar na reconstrução do Aeroporto Salgado Filho

O governo do Estado passou a conceder isenção de ICMS nas operações destinadas à reconstrução do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre. O objetivo foi contribuir para a retomada das atividades no local. A isenção abarcou operações e prestações internas e de importação de bens, máquinas, equipamentos, partes, peças, componentes aeronáuticos, ferramentas, estruturas metálicas e instalações – sejam esses itens novos ou usados –, além do serviço de transporte. A medida tributária também se aplicou a contratos de arrendamento mercantil.

Órgão responsável: Secretaria da Fazenda

Auxílio no custeio da Atenção Primária à Saúde em todo o Estado

A medida destinou R\$ 12,7 milhões, pagos de forma extraordinária e em parcela única, para custeio de serviços e ações no âmbito da Atenção Primária à Saúde. O recurso beneficiou todos os 497 municípios do Estado.

Órgão responsável: Secretaria da Saúde

Abrigos temporários

Apoio às prefeituras na implementação de 722 abrigos temporários, os quais receberam pessoas afetadas pelas enchentes em todo o RS, desde o final de abril de 2024.

Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

Remoção de escombros e destinação de resíduos sólidos urbanos (entulhos) e animais

A Instrução Normativa 02/2023 estabeleceu normas e procedimentos em relação a resíduos sólidos urbanos e entulhos gerados em função das enchentes, orientando empreendimentos e municípios afetados. O documento abrangeu materiais de origem domiciliar, serviços, comércio e demais atividades não licenciáveis, que não puderem ser triados.

A Instrução Normativa também possui orientação para destinação de cadáveres de animais oriundos dos empreendimentos de criações confinadas, em que as alternativas de destinação são colocadas em ordem de prioridade.

Órgão responsável: Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

Centro Humanitário de Acolhimento Recomeço Canoas. Crédito: Joel Vargas



Plataforma Solidariedade RS

O objetivo do governo, com a criação da plataforma Solidariedade RS, foi disponibilizar uma ferramenta para que os espaços que atendiam às vítimas das inundações se cadastrassem e informassem suas demandas. Na sequência, todos os interessados em ajudar poderiam visualizar os pedidos, entrar em contato e direcionar as doações. A iniciativa foi desenvolvida pela Procergs - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul, com apoio da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia.

Órgão responsável: Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT)



Instituto Estadual Paulo Freire em São Sebastião do Caí, escola recuperada após enchentes - Crédito: Mauricio Tonetto

Ações na educação: merenda escolar, equipamentos e serviços

Foram direcionados R\$ 22,2 milhões a 636 escolas do Estado para aquisição de equipamentos (como chromebooks) e contratação de serviços. Recursos para reposição de mobiliário também foram disponibilizados no montante de R\$ 6,3 milhões, sendo adquiridos 7.500 itens, entre eles classes e cadeiras.

Houve ainda repasse de R\$ 18.200.000 para alimentação escolar, beneficiando as 625 escolas mais afetadas. Todas as escolas estaduais receberam um valor extra em julho de 2024 para cobrir possíveis aumentos nos preços dos alimentos.

Órgão responsável: Secretaria da Educação

Aquisição de câmaras de vacina

O governo repassou câmaras de vacina, que são utilizadas para armazenamento e conservação de vacinas e medicamentos termolábeis, aos municípios. O número de equipamentos repassados atendeu ao critério populacional e à efetiva necessidade de reposição do bem ao município, variando de um a seis por cidade, conforme a Portaria 334 de 2024.

Órgão responsável: Secretaria da Saúde

Programa Sesi ao Seu Lado

O programa Sesi ao Seu Lado estabeleceu e detalhou um cronograma de atividades, que envolveu ajuda humanitária, ações de acolhimento, assistência médica emergencial e suporte educacional. Os trabalhos contaram com profissionais especializados e disponibilizaram equipamentos e materiais para a realização das medidas. O Estado proporcionou as condições para o Sesi agir, garantindo o acesso a locais apropriados e apoiando institucionalmente as ações desenvolvidas.

Órgão responsável: Secretaria da Educação

Recursos para apoio a hospitais que realizaram atendimentos de retaguarda às vítimas dos desastres

Foram liberados mais de R\$ 31,6 milhões para a rede hospitalar, a fim de apoiar hospitais que realizaram atendimentos de retaguarda às vítimas dos desastres.

Órgão responsável: Secretaria da Saúde

Hospitais de pequeno porte

De modo a qualificar o atendimento em 15 hospitais de pequeno porte, o governo disponibilizou recursos que fazem parte do programa Avançar Mais, voltado para a ampliação e qualificação da rede de saúde. Os valores foram destinados a hospitais com até 50 leitos e que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Órgão responsável: Secretaria da Saúde

Documentação Básica

O Estado firmou termo de cooperação para garantir o direito da população à documentação básica e ao acesso às certidões de nascimento e casamento, à carteira de identidade, ao CPF, ao certificado de reservista, à Carteira de Trabalho e Previdência Social e à Carteira Nacional de Habilitação. A ação englobou também acesso à orientação jurídica e perícia médica.

O termo foi assinado entre Executivo Estadual, Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, Departamento Estadual de Trânsito, Instituto Geral de Perícias, Ministério Público do RS, Tribunal de Justiça do RS, Defensoria Pública do Estado, Tribunal Regional Eleitoral, Superintendência Regional da Polícia Federal, Superintendência Regional do Trabalho, Defensoria Pública da União, Receita Federal da 10ª Região Fiscal e Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do RS.

A ação estabeleceu a Central Cidadania, que promoveu mutirões para a emissão de documentos de forma gratuita. O objetivo foi fornecer os serviços de forma gratuita para a população, em especial aos moradores de áreas atingidas pelas cheias.

Órgão responsável: Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Site SOS Enchentes

O site SOS Enchentes foi criado para informar quais eram as necessidades dos municípios atingidos pelas cheias no início de setembro e para orientar as pessoas que desejavam ajudar com doações ou voluntariado.

Órgão responsável: Secretaria de Comunicação (Secom)

Aprimoramento de mapeamentos

O Estado firmou acordo de cooperação técnica com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para compartilhamento de dados e informações geoespaciais. O objetivo foi aprimorar os mapeamentos das áreas diretamente atingidas por inundações, enxurradas e deslizamentos no Rio Grande do Sul desde o final de abril.

Órgão responsável: Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia e Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.

Laudos técnicos

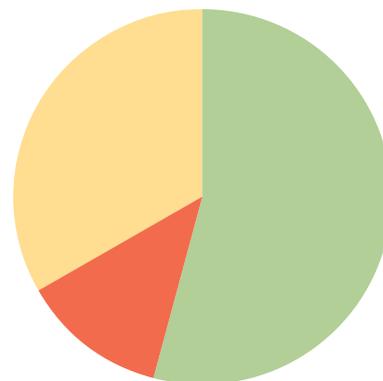


O governo assinou contrato com a Universidade do Vale do Taquari (Univates) para submissão e validação de laudos técnicos emitidos por empresas contratadas pelo Estado. A análise de laudos técnicos de residências foi requisito fundamental para que os municípios acessassem aos programas habitacionais do governo federal. No total, foram aprovados e entregues 18.970 laudos de residências atingidas pelas enchentes.

Além dos laudos habitacionais, também foram emitidos 446 laudos de estradas e 238 de pontes, abrangendo 98 municípios. O trabalho de análise foi realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano com apoio técnico da Univates.

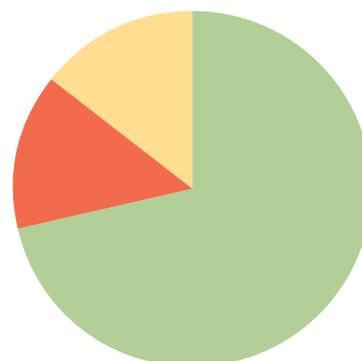
Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano

HABITAÇÕES



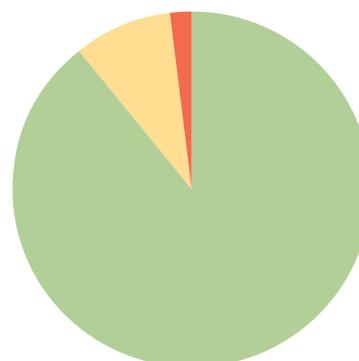
- Habitáveis: 10.043
- Interditadas definitivamente: 6.522
- Destruidas: 2.405

PONTES



- Danificadas: 169
- Interditadas: 31
- Destruidas: 38

ESTRADAS



- Danificadas: 419
- Interditadas: 23
- Destruidas: 4

Conserto e manutenção de radar meteorológico

O Estado investiu quase R\$ 5,7 milhões na manutenção e qualificação do radar meteorológico da Faculdade de Meteorologia da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). O equipamento foi instalado em 1988 e precisou de melhorias para entregar dados mais qualificados aos pesquisadores e aos serviços de previsão do tempo.

Órgão responsável: Casa Militar (Defesa Civil)

Flexibilização do uso dos saldos do Fundo Estadual de Assistência Social

Em junho de 2024, por meio do Decreto 57.653, foi regulamentada a lei de criação do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas). Por meio do documento, foram definidas as normas de administração do fundo, requisitos para transferência de recursos aos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS) e regras para a aplicação dos repasses.

O decreto possibilitou que os municípios utilizassem os recursos recebidos pelo Feas em qualquer nível de proteção social, para a gestão do Serviço Único de Assistência Social (Suas) e para a concessão de benefícios eventuais, conforme a demanda local. Os municípios puderam utilizar os recursos para o custeio de ações e serviços socioassistenciais para atendimento à população atingida pelas enchentes.

Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

Plano Estadual de Ações de Resposta à Fauna

O Plano Estadual de Ações de Resposta à Fauna promoveu diversas ações. Foi criada uma plataforma que reúne informações sobre o número de abrigos no RS, a quantidade de animais abrigados e as espécies mapeadas.

Com a ajuda de parceiros, o plano propôs um fluxo digital para mapear animais resgatados e encaminhá-los para tutores, lares temporários ou adoção. Eles são identificados com medalhas, dependendo da situação de cada um: vermelha para tutores conhecidos, amarela para animais aguardando identificação, e verde para aqueles que estão prontos para adoção.

Além disso, a ação promoveu a articulação da prestação de serviços de esterilização e chipagem para cerca de 20 mil animais, a partir do cadastro em uma plataforma oficial do governo do Estado. A iniciativa atendeu municípios como Porto Alegre, Canoas, Guaíba, Eldorado do Sul e São Leopoldo, e contou com apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da UniRitter, da Universidade Luterana do Brasil e da Feevale. O recurso foi aportado pelo Fundo para Recuperação de Bens Lesados, do Ministério Público do Estado.

Órgão responsável: Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema)

Pronampe Gaúcho

O Pronampe Gaúcho é a linha de crédito que destinou R\$ 250 milhões a empresas do Rio Grande do Sul, por meio do Banrisul. Com R\$ 100 milhões em subsídios do Tesouro Estadual - o equivalente a 40% do valor total contratado -, o programa permitiu que os empresários, na prática, devolvessem ao banco menos do que tomaram emprestado.



Devolve ICMS. Crédito: Jürgen Mayrhofer

Devolve ICMS Linha Branca

A iniciativa do governo auxiliou 109 mil famílias na reconstrução de seus lares após as enchentes, contribuindo também com o comércio local. O programa devolveu R\$ 33,3 milhões em ICMS pagos na compra de eletrodomésticos como refrigeradores, fogões (a gás, a lenha e elétrico), máquinas de secar, fornos micro-ondas, centrífugas, máquinas de lavar roupas e tanquinhos.

Tiveram direito à devolução pessoas cujas residências foram atingidas pelas cheias. Na hora da compra, elas só precisavam adquirir produtos elegíveis em estabelecimentos comerciais do Rio Grande do Sul e incluir o CPF na nota fiscal.

Além do apoio direto às famílias, o programa também impulsionou a retomada econômica no Estado. De acordo com levantamento da Secretaria da Fazenda, as vendas de produtos contemplados ultrapassaram R\$ 1 bilhão entre agosto de 2024 - mês de lançamento oficial - e dezembro do mesmo ano. Trata-se do maior volume financeiro registrado nesse período nos últimos seis anos. Em comparação com 2019, a expansão foi de 38%.

Órgão responsável: Secretaria da Fazenda nesse período nos últimos seis anos. Em comparação com 2019, a expansão foi de 38%.

Órgão responsável: Secretaria da Fazenda

Medidas de apoio para empresas e municípios

Para impulsionar a retomada econômica de municípios em estado de calamidade, a Secretaria da Fazenda, por meio da Receita Estadual (RE), autorizou a isenção de ICMS para empresas atingidas pelas enchentes nas compras de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado – como máquinas, equipamentos e veículos. A medida, que valeu até 31 de dezembro de 2024, incentivou R\$ 1,9 bilhão em investimentos nesse tipo de ativo por empresas afetadas, o que resultou em R\$ 165 milhões em incentivos fiscais concedidos pelo Estado. Nessas operações, também foi dispensado o estorno do crédito fiscal.

Além disso, com o objetivo de apoiar a recuperação econômica das empresas, a RE lançou condições especiais de parcelamento para dívidas de ICMS. A iniciativa foi válida para todos os contribuintes, abrangendo débitos em fase administrativa na RE e também em discussão judicial, sob responsabilidade da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Os créditos tributários deveriam estar vencidos até 30 de junho de 2024, independentemente de estarem ou não inscritos em dívida ativa. O programa permitiu o parcelamento em até 60 vezes, sem exigência de garantia e sem limite mínimo de valor.

Ao todo, 4.094 empresas renegociaram R\$ 1,3 bilhão em dívidas, o que resultou em uma arrecadação de R\$ 77,7 milhões para o Estado até o fim de 2024. Também foi criado um formato específico de parcelamento voltado a empresas em recuperação judicial ou em processo de liquidação.

O Refaz Reconstrução foi outra medida do Estado nesse contexto. A ação permitiu a regularização, com a RE e PGE, de empresas devedoras de ICMS mediante redução de até 95% em juros e multas.

Órgão responsável: Secretaria da Fazenda



Fundo a Fundo da Defesa Civil do Rio Grande do Sul
Crédito: Sabrina Ribas

Antecipação da bolsa Todo Jovem na Escola

O pagamento da bolsa-auxílio do programa Todo Jovem na Escola referente a junho de 2024 foi feito de forma adiantada, em maio de 2024, contemplando mais de 83 mil alunos. O repasse total foi de R\$ 12,9 milhões.

O objetivo foi auxiliar os alunos e suas famílias que enfrentam dificuldades decorrentes das inundações.

Órgão responsável: Secretaria da Educação

Auxílio-abrigamento

A fim de auxiliar na manutenção e aquisição de mantimentos para os alojamentos emergenciais estabelecidos durante o período emergencial, o governo do Estado promoveu repasses aos municípios com abrigos para acolhidos registrados. Foram destinados R\$ 150 por pessoa acolhida, totalizando R\$ 12 milhões.

Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

Cuidar Tchê 60+

O projeto Cuidar Tchê 60+ beneficiou 1,9 mil idosos em vulnerabilidade. A iniciativa forneceu kits de itens essenciais no valor de R\$ 3 mil. Foram investidos R\$ 6 milhões, oriundos do Fundo Estadual da Pessoa Idosa (Funepi).

Órgão responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social



Cuidar Tchê 60+ em Canoas. Crédito: Jürgen Mayrhofer

Programa de Manejo da População de Cães e Gatos

A iniciativa contemplou um projeto de contratação de serviços de consultoria especializada para realização de um diagnóstico situacional e proposição de ações pós-desastre para a população animal do Estado, no valor de R\$ 540.000.

O programa destinou ainda repasse de recursos para os municípios em estado de calamidade, mediante convênio, visando incentivar o bem-estar e a adoção de cães e gatos. Promoveu também a esterilização da população animal abrigada, no valor de R\$ 7.174.163,04.

Órgão responsável: Sema

Recuperação da Ceasa

O governo destinou R\$ 11.282.497,00, por Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Afac), para a Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa/RS), inundada em maio de 2024. O objetivo foi restabelecer o fluxo de caixa e o pagamento de despesas emergenciais e de reconstrução e Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa/RS).

Órgão responsável: SDR

Ações emergenciais na cultura

Os Sistemas Estaduais de Cultura, de Museus e de Bibliotecas ofereceram orientações técnicas para dirigentes, suporte para resgate, recuperação de acervos e formação de banco de voluntários.

Uma das ações foi a campanha “Juntos pela Leitura no RS”, em parceria com o Clube de Leitura TAG e o Instituto Cervantes, a qual arrecadou 72 mil livros.

A iniciativa “Educativos Sedac em Rede” forneceu orientações a voluntários em abrigos, distribuiu kits literários e promoveu atividades culturais para desabrigados. Foram firmadas parcerias com instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e o Ministério da Cultura.

A Secretaria da Cultura (Sedac) realizou pagamento antecipado da Lei Paulo Gustavo (LPG), destinou a aplicação dos rendimentos para suplentes, flexibilizou prazos e normas para projetos culturais e liberou R\$ 20 milhões para a Lei de Incentivo à Cultura (LIC) Patrimônio, com prioridade para bens afetados.

Órgão responsável: Secretaria da Cultura



Museu de Arte do Rio Grande do Sul, instituição da Secretaria da Cultura, reaberto após enchente - Crédito: Mauricio Tonetto

Salvamento de instituições da cultura

Após mobilização de prevenção e acompanhamento durante o momento mais agudo da crise, as instituições da Secretaria da Cultura (Sedac) afetadas pelas águas – Museu de Arte do RS (Margs), Casa de Cultura Mario Quintana, Cinemateca Paulo Amorim, Memorial do RS, Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa), Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Musecom), em Porto Alegre; e Museu do Carvão, em Arroio dos Ratos – receberam recursos do Estado para ações de salvamento imediato.

Com a destinação de R\$ 1,39 milhão do orçamento da secretaria, foram efetuadas contratações de barqueiros para vigilância e acesso aos prédios, compra de insumos, utensílios, equipamentos e materiais de limpeza e de proteção pessoal para os trabalhadores.

Órgão responsável: Secretaria da Cultura

Reconstrução da cena

Parcerias com o Banrisul e com o Sebrae RS viabilizaram a recuperação de instituições da Secretaria da Cultura e iniciativas de retomada do setor.

Por meio do Reconstruir RS o banco doou R\$ 15 milhões para obras nas sedes do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Margs), da Casa de Cultura Mario Quintana, da Cinemateca Paulo Amorim, do Memorial do RS, da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa), do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Musecom) – todos em Porto Alegre – e do Museu do Carvão – em Arroio dos Ratos.

Entre as ações, estão projetos de novas reservas técnicas, restauro de acervos e documentação, recuperação de rede elétrica e hidrossanitária, conserto de sistema de climatização, reposição de

mobiliários e recuperação de fachadas. O Banrisul também realizou o edital Reconstruir Cultura RS, selecionando 64 propostas nas áreas de música, dança e teatro, contemplando iniciativas da Biblioteca Pública do Estado (BPE).

Por sua vez, o programa Sebraetec Supera – Cultura RS ofereceu auxílio a empreendedores de pequenos negócios ligados ao segmento cultural, na montagem de planos para recuperação de espaços, estruturas e equipamentos. Com investimento de R\$ 4 milhões do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) e R\$ 4 milhões do Sebrae RS, o programa destinou aporte financeiro de até R\$ 10 mil para empreendedores inscritos.

Órgão responsável: Sedac

7.2 Projetos de Recuperação



Casas temporárias para atingidos pelas enchentes em Triunfo - Crédito: Mauricio Tonetto

Estratégia Integrada de Habitação



Diante da maior tragédia meteorológica da história do Rio Grande do Sul, o governo do Estado colocou em marcha a Estratégia Integrada de Habitação iniciativa liderada pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (Sehab), Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) e Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedur), em parceria com outros órgãos estaduais e executivos municipais. Com o objetivo principal de viabilizar cerca de 9 mil moradias, a Estratégia Integrada de Habitação ultrapassa R\$ 500 milhões em investimentos.

Para tornar possível a construção das unidades habitacionais perdidas na enchente, o governo estruturou a versão Calamidade do programa A Casa é Sua, na época já em andamento pela Sehab. Em uma união de esforços com os municípios, o Estado tem atuado na identificação e até mesmo aquisição de terrenos aptos a esse propósito e na preparação dessas áreas. Desde atividades de movimentação de terra (terraplanagem e patamarição) até infraestrutura (fornecimento de serviços básicos como água, luz e esgoto), passando por abertura de vias e estruturas de contenção, o Executivo Estadual empenhou seus esforços lado a lado com prefeituras e comunidades.

Após a realização de serviços preliminares por parte da Sedur, a Sehab tem mobilizado os municípios para, com repasse de recursos via convênio, finalizarem a preparação dos terrenos que receberão as unidades habitacionais. Para garantir a construção de 1,8 mil casas definitivas com a maior velocidade possível, em paralelo às ações nos terrenos, foi adotada uma estratégia inovadora: a elaboração de duas Atas de Registro de Preços para fornecimento de até 3 mil casas de dois métodos construtivos diferentes (painéis de concreto e steel frame). Dessa forma, cada uma delas é acionada de acordo com as características de cada área.

Além das casas, também foram planejadas estruturas complementares a novos loteamentos, como ginásio resiliente (em projeto executado pela Secretaria de Obras Públicas), praça e área de lazer. Somando-se a essa frente, também foram adquiri-

das mais de 600 casas temporárias, permitindo a acomodação das famílias com mais conforto do que nos abrigos coletivos. As residências temporárias são módulos habitacionais transportáveis, incorporados ao acervo do Estado, garantindo moradia digna até a entrega das unidades definitivas. Até abril de 2025, foram entregues 362 casas temporárias nos municípios de Arroio do Meio, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela, Rio Pardo, São Jerônimo e Triunfo. Encontram-se em fase final de entrega outras 273 casas temporárias para os municípios de Canoas, Eldorado do Sul, Porto Alegre e Rio Pardo.

Um caso emblemático é o Novo Passo de Estrela, em Cruzeiro do Sul. O bairro originalmente situado às margens do rio Taquari - Passo de Estrela - foi totalmente destruído pela enchente, forçando a remoção de toda a comunidade. Em uma atuação que inclui também as secretarias da Reconstrução Gaúcha e do Meio Ambiente e Infraestrutura, um novo bairro está sendo construído em área mais elevada, permitindo a reacomodação de moradores. Em andamento, a iniciativa já conta com 30 casas temporárias instaladas. No espaço original, um parque e um memorial serão construídos.

Programa Porta de Entrada

Outra iniciativa, lançada no segundo semestre de 2024, o programa Porta de Entrada oferece subsídio para o pagamento da entrada na compra da casa própria a famílias com renda de até cinco salários-mínimos e que não possuam imóvel.

Na 1ª edição do Feirão da Habitação, foram disponibilizados:

- R\$ 100 milhões do Funrigs.
- R\$ 20 milhões da Assembleia Legislativa.
- Meta de 6.000 famílias atendidas.

Para 2025, está previsto um novo Feirão da Habitação, com R\$ 150 milhões em recursos públicos.

Recuperação de rodovias



As enchentes ocasionaram danos críticos em diversas rodovias do Estado, comprometendo pontes, estruturas do pavimento e de contenção. Essa situação foi agravada pela incapacidade da drenagem e pela vulnerabilidade de áreas próximas a cursos d'água. Nesse sentido, o plano de contratação apresentado pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) tenta identificar a necessidade de intervenções urgentes para o restabelecimento da segurança e funcionalidade das estradas, incorporando soluções que suportem novos eventos extremos.

Atualmente, o montante aprovado pelo Funrigs é de R\$ 1.685.352.921,27 para recuperação de 16 rodovias, totalizando uma extensão de 537,55 quilômetros distribuídos em 20 lotes.

Mais de 94% das rodovias que tiveram algum tipo de bloqueio por conta das enchentes foram liberadas.

Contratações Daer - Rodovias

Em janeiro de 2025, o Daer autorizou uma série de obras de reconstrução em rodovias estaduais afetadas pelas enchentes de maio de 2024. Essas intervenções foram divididas em 15 lotes e abrangem 11 rodovias, impactando aproximadamente 513 mil pessoas. O investimento total previsto é de R\$ 1,2 bilhão, oriundo do Funrigs.

Entre as obras autorizadas, destaca-se a recuperação de trechos da Rota do Sol (RS-453), especialmente no segmento entre Tainhas e a BR-101, com 54 quilômetros de extensão. As intervenções incluem recapeamento, obras de contenção e reformas em acessos a pontes, viadutos e túneis.

Outros cinco lotes de segmentos rodoviários também foram validados pelo Comitê Gestor do Funrigs, totalizando 537,55 quilômetros de malha rodoviária em recuperação.

Rodovias	Trechos	Extensão (km)	R\$ (milhões)	Ordem de Início	Status
ERS-332 A	Encantado Anta Gorda	32,20	204,41	10/03/2025	Contrato em andamento
ERS-332 B	Anta Gorda Soledade	59,81		27/02/2025	Contrato em andamento
ERS-431	Bento Gonçalves Sta. Bárbara	22,85	101,97	16/01/2025	Contrato em andamento
ERS-444	Bento Gonçalves Sta. Tereza	13,28	93,83	-	Contrato assinado (15/01/2025)
ERS-448 A	Nova Roma do Sul a Ponte de Ferro sobre Rio das Antas	14,73	120,54	12/03/2025	Contrato em andamento
ERS-448 B	Ponte de Ferro sobre Rio das Antas a Farroupilha	24,13		12/03/2025	Contrato em andamento
ERS-452	Bom Princípio Nova Palmira	27,52	52,34	-	Contrato assinado (16/01/2025)
VRS-826	Feliz Farroupilha	19,56	53,71	06/03/2025	Contrato em andamento
ERS-129	Estrela Roca Sales (Pav./Não pav.)	27,31	56,47	07/03/2025	Contrato em andamento
ERS-149 N	Sta. Maria Nova Palma	32,98	80,54	17/03/2025	Contrato em andamento
ERS-348 A	Agudo Dona Francisca	12,53	175,93	10/03/2025	Contrato em andamento
ERS-348 B	Acesso a São João do Polêsine	10,30	33,63	17/03/2025	Contrato em andamento
ERS-437 A	Vila Flores (9+200) a Antônio Prado (Pav./Não pav.)	9,20	121,22	10/03/2025	Contrato em andamento
ERS-437 B	Vila Flores Antônio Prado (Pav./Não pav.)	7,40		-	Contrato assinado (21/01/2025)
ERS-640	Cacequi Rosário do Sul	64,23	99,36	24/03/2025	Contrato em andamento
ERS-415	Bom Princípio Tupandi	9,37	24,19	-	Empresa selecionada (Pavicon)
RSC-453/486	Tainhas Terra de Areia Entr. ERS-020 Entr. BRS-101	54,17	134,23	-	Empresa selecionada (Sultepa)
ERS-431	Sta. Bárbara Dois Lajeados	20,10	109,00	-	Seleção de empresas
ERS-433	Entr. ERS-332 (p/ Arvorezinha) Relvado	16,60	78,24	-	Seleção de empresas
RSC-453	Caxias do Sul Lajeado Grande	59,28	145,68	-	Aguardando publicação do chamamento de empresas
VRS-873	Morro Reuter - Sta. Maria do Herval	13,87	40,105	-	Aguardando publicação do chamamento de empresas
VRS-840	Ivoti - Lindolfo Collor	7,79	14,985	-	Aguardando publicação do chamamento de empresas

Pontes

As enchentes de 2023 no Vale do Taquari e de 2024 em todo o Estado causaram danos severos à infraestrutura rodoviária estadual, comprometendo a mobilidade, a segurança dos usuários e a logística de transporte de bens e serviços. Rodovias essenciais para o escoamento da produção agrícola e industrial, bem como para o deslocamento da população, sofreram erosões, deslizamentos, rompimentos e deterioração estrutural, impactando diretamente a economia e a conectividade entre municípios.

O projeto contempla a reconstrução de 14 pontes. Pontes destruídas em 2023:

- Três cachoeiras: reconstrução da ponte sobre o Arroio Morro Azul, no ponto do km 7+100 da rodovia ERS-494, entre os municípios de Três Cachoeiras e Morrinhos do Sul, com comprimento de 40,35m e largura de 10,4m.

Valor estimado: R\$ 5.180.000,00.

- Nova Roma do Sul: reconstrução da ponte sobre o Rio das Antas, do km 0+197,90 ao 0+378,70 da rodovia ERS-448, entre os municípios de Nova Roma do Sul e Farroupilha, com largura de 10,80m e comprimento de 180,80m.

Valor estimado: R\$ 27.000.000,00.

- Caraá: reconstrução da ponte sobre Arroio Carvalho, no km 4+844 da rodovia ERS-030, entre os municípios de Santo Antônio da Patrulha e Caraá, com extensão de 60,55m e largura de 10,4m.

Valor estimado: R\$ 6.400.000,00.

- São Valentim do Sul: reconstrução da ponte sobre o Rio Taquari, no km 0+303 da rodovia ERS-431, divisa entre os municípios de Bento Gonçalves e São Valentim do Sul, com extensão de 320,00m e largura de 10,80m.

Valor estimado: R\$ 31.377.667,00.

Pontes destruídas em 2024:

- Feliz: execução da ponte sobre o Rio Caí, no km 1+790 da rodovia VRS-843, entre os municípios de Feliz e Linha Nova, com 110m de extensão e largura de 12,00m.

Valor estimado: R\$ 11.773.190,88.

- Itati: reconstrução da ponte sobre o Rio Três Forquilhas, no km 9+000 da rodovia ERS-417, entre os municípios de Três Forquilhas e Itati, com 80,00m de extensão e 10,40m de largura.

Valor estimado: R\$ 8.225.000,00.

- Sinimbu: reconstrução da ponte sobre o Arroio Marcondes, no km 83+510 da rodovia RSC-471, no município de Sinimbu, entre a localidade de Winck e Linha Grande, com 67,00m de extensão e 10,40m de largura.

Valor estimado: R\$ 6.430.000,00.

- Faxinal do Soturno 32: construção da ponte sobre o Arroio Guarda-mor no km 32+800 da rodovia ERS-348, entre os municípios de São João do Polêsine e Ivorá, com 120,00m de extensão e 10,80m de largura.

Valor estimado: R\$ 11.095.565,61.

- Faxinal do Soturno 35: reconstrução da ponte sobre o Rio Soturno, no km 35+300 da rodovia ERS-348, que faz ligação entre os municípios de Faxinal do Soturno e Ivorá, com 160,00m de extensão e 10,40m de largura.

Valor estimado: R\$ 15.523.000,00.

- Vista Alegre do Prata: reconstrução da ponte sobre o Rio Não Sabia, no km 22+734 da rodovia ERS-441, no município de Vista Alegre do Prata, com 155,00m de extensão e 12,00m de largura.

Valor estimado: R\$ 17.548.337,40.

- Alegrete: reconstrução da ponte sobre o Arroio Capivari, no km 8+100 da rodovia ERS-507, no município de Alegrete, com 64,00m de extensão e 12,00m de largura.

Valor estimado: R\$ 7.245.765,12.

- Dilermando de Aguiar: reconstrução da ponte sobre o Rio Ibuicuí Mirim, no km 103+930 da rodovia ERS-530, entre os municípios de Dilermando de Aguiar e São Pedro do Sul, com 55,00m de extensão e 12,00m de largura.

Valor estimado: R\$ 6.226.829,40.

- Relvado: reconstrução da ponte sobre o Arroio Jacaré, no km 7+730 da rodovia ERS-433, entre os municípios de Relvado e Encantado, com 67,00m de extensão e 12,00m de largura.

Valor estimado: R\$ 7.585.410,36.

Entrega	Assinatura contrato	Ordem Início	Extensão (m)	Preço (R\$)	Status	Previsão conclusão
Feliz	07/08/24	04/11/24	110	11.773.190,88	Estudos em análise pelo DAER	Nov/25
São Valentim	19/09/24	04/11/24	320	31.377.667,00	Estudos em análise pelo DAER	Fev/26
Itati	31/10/24	12/11/24	80	8.225.000,00	Estudos em análise pelo DAER	Nov/25
Sinimbu	31/10/24	12/11/24	67	6.430.000,00	Empresa apta a iniciar as fundações	Out/25
Faxinal 35	10/01/25	04/02/25	160	15.523.000,00	Estudos entregues ao DAER em 04/03/25	Abr/26
Vista Alegre	04/02/25	04/02/25	155	17.548.337,40	Estudos entregues ao DAER em 04/03/25	Abr/26
Alegrete	04/02/25	04/02/25	64	7.245.765,12	Estudos entregues ao DAER em 04/03/25	Dez/25
Faxinal 32	17/02/25	Fev/25	120	11.095.565,61	Em fase de assinatura do contrato	Fev/26
Dilermando de Aguiar	Mar/25	Mar/25	55	6.226.829,40	Em fase de elaboração de estudos iniciais	Jan/26
Relvado	Mar/25	Mar/25	67	7.585.410,36	Em fase de elaboração de estudos iniciais	Jan/26
Três Cachoeiras	04/01/24	22/04/24	40,35	5.180.000,00	Obra em fase final de execução	Mar/25
Caraá	02/01/24	07/02/24	60,55	6.400.000,00	Obra em fase final de execução	Mar/25
Nova Roma do Sul	Estimativa 2º sem/25	Estimativa 2º sem/25	180,80	Aprox. 27 milhões	Em fase de atualização do anteprojeto e orçamento	1º semestre /27

Gestão dos contratos de concessão rodoviária na catástrofe meteorológica do RS

O Rio Grande do Sul enfrentou, desde o segundo semestre de 2023, uma série de eventos meteorológicos extremos que culminaram com a enchente de maio de 2024, impactando severamente sua infraestrutura rodoviária. Em face de tais desafios, a atuação rápida e eficaz do Governo do Rio Grande do Sul, aliada à gestão flexível dos contratos de concessão rodoviária, foi decisiva para garantir a continuidade da conectividade e das operações econômicas nas principais regiões do Estado. Neste processo, a utilização de mecanismos contratuais e de flexibilizações, para viabilizar a atuação das concessionárias, permitiram superar as dificuldades impostas pela catástrofe.

As chuvas intensas ocasionaram diversas interrupções no sistema rodoviário, resultantes de danos estruturais e quedas de Obras de Arte Especiais (OAEs), deslizamento de encostas, rupturas e erosões de aterros, ruptura das redes de comunicação, entre outros.

Na região da Serra, onde atua a concessionária Caminhos da Serra Gaúcha (CSG), foram inúmeros os escorregamentos de encostas e obstruções de pista, além de ruptura integral do corpo estradal da ERS-240. O município de Caxias do Sul, uma das principais economias do Estado, ficou isolado da capital, Porto Alegre, por vários dias.

A rodovia RSC-287, sob concessão da Rota de Santa Maria, na região Central, foi fortemente atingida, várias OAEs sofreram com a ruptura de cabeceiras e três pontes foram gravemente afetadas, sendo que uma delas foi totalmente levada pelas águas. Grandes rupturas de aterros ainda interromperam totalmente o tráfego nas regiões dos municípios de Venâncio Aires e Candelária.

A mobilização dos mecanismos contratuais previstos para obras emergenciais, como autorizações expeditas do Poder Concedente, permitiu a mobilização de recursos e capacidades técnicas para a recuperação emergencial das rodovias. Esses trâmites expeditos foram o respaldo legal para a execução das obras pelas concessionárias, permitindo o restabelecimento do tráfego em tempo recorde.

Além disso, em resposta às mudanças climáticas e ao aumento da frequência de eventos extremos, o governo solicitou que as concessionárias reavaliassem seus projetos de longo prazo, com base em um estudo técnico elaborado pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para aumentar a resiliência das rodovias. A reavaliação das rodovias com base no estudo da UFRGS, visando aumentar a resiliência, demonstra uma visão estratégica e de longo prazo na preparação da infraestrutura para os desafios das mudanças climáticas.

Concessão de Rodovias Gaúchas - Bloco 2

DUPLICAÇÕES

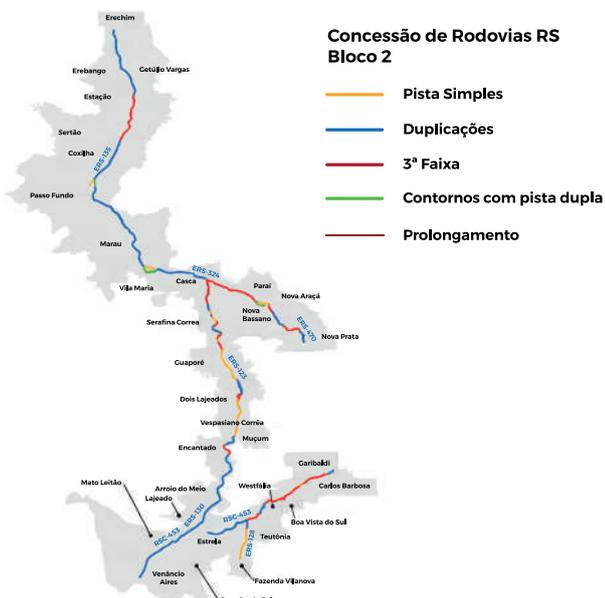
Cenário da concessão
Período de 30 anos

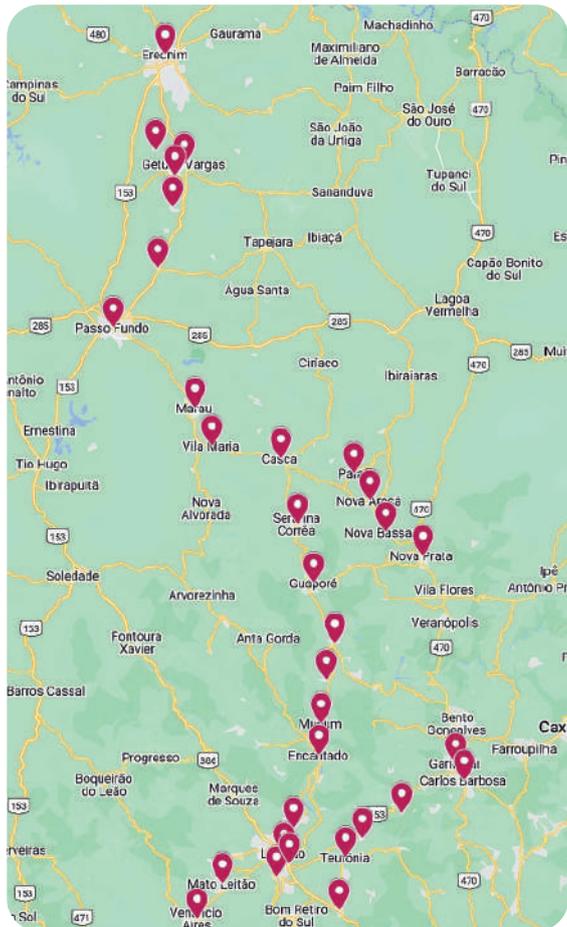
Duplicações = 244 km

Terceiras faixas = 103 km

Atualmente, todas as rodovias
são pistas simples.

Concessão proporcionará
maior fluidez e segurança



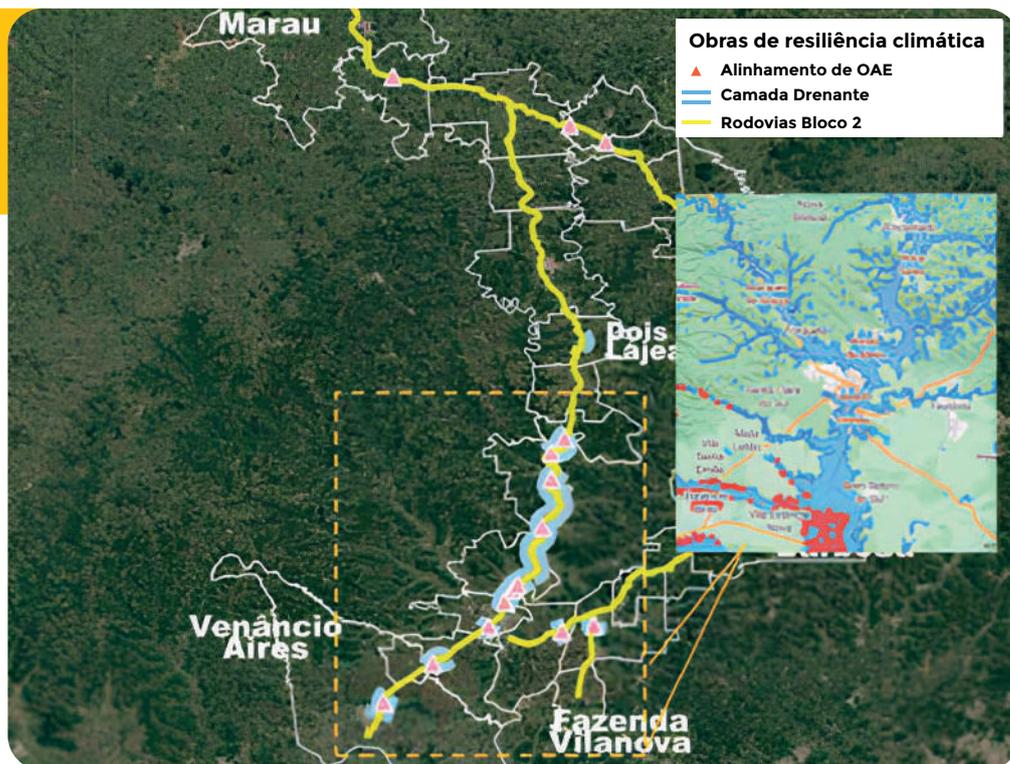


32 CIDADES BENEFICIADAS (17,5% população do RS)

- | | |
|-----------------|-------------------|
| Erechim | Dois Lajeados |
| Erebango | Vespasiano Correa |
| Getúlio Vargas | Muçum |
| Estação | Encantado |
| Sertão | Arroio do Meio |
| Coxilha | Lajeado |
| Passo Fundo | Cruzeiro do Sul |
| Marau | Mato Leitão |
| Vila Maria | Venâncio Aires |
| Casca | Garibaldi |
| Parai | Carlos Barbosa |
| Nova Araçá | Boa Vista do Sul |
| Nova Bassano | Westfália |
| Nova Prata | Teutônia |
| Serafina Correa | Estrela |
| Guaporé | Fazenda Vilanova |

LOCALIZAÇÃO DAS PONTES EM COTA ELEVADA

- ERS-128/km 27 / Teutônia
- ERS-129/km 74 / Encantado
- ERS-129/km 81 / Muçum
- ERS-130/km 69/ Lajeado
- ERS-130/km 75/ Lajeado
- ERS-130/km 78/ Arroio do Meio
- ERS-130/km 79/ Arroio do Meio
- ERS-130/km 92/ Encantado
- ERS-324/km 204/ Passo Fundo
- ERS-324/km 227/ Vila Maria
- ERS-324/km 261/ Casca
- ERS-324/km 288/ Parai
- RSC-453/km 6/ Venâncio Aires
- RSC-453/km 17/ Cruzeiro do Sul
- RSC-453/km 47/ Estrela



O projeto de concessão das rodovias do Bloco 2 é uma iniciativa fundamental para a melhoria da infraestrutura viária nas regiões do Vale do Taquari e Norte do Estado. Diversos fatores reforçam a relevância e a urgência desse projeto.

Relevância das rodovias para o desenvolvimento regional:

As rodovias ERS-128, ERS-129, ERS-130, RSC-453, ERS-135, ERS-324 e BR-470 são essenciais para a conectividade entre municípios, facilitando o transporte de pessoas e mercadorias. A atualização dos estudos de concessão visa otimizar o tráfego e melhorar a eficiência logística, o que, por sua vez, impulsiona o desenvolvimento econômico regional e a qualidade de vida da população local.

Resiliência às mudanças climáticas:

O projeto está alinhado com a necessidade crescente de adaptação da infraestrutura às mudanças climáticas. As soluções tecnológicas propostas, como sistemas de drenagem aprimorados e pavimentações mais resistentes, são cruciais para garantir a durabilidade das estradas diante de eventos extremos, como inundações e deslizamentos de terra. Isso não apenas protege a infraestrutura, como também assegura a segurança dos usuários.

As concessões, por serem parcerias de longo prazo, incorporam medidas mitigadoras e adaptativas, como a adoção de sistemas de drenagem aprimorados e pavimentações mais resistentes ao calor e às intempéries. Adicionalmente, os contratos preveem cláusulas rigorosas de monitoramento e manutenção, assegurando que a infraestrutura seja constantemente avaliada e ajustada para enfrentar novos desafios meteorológicos, incluindo a reparação rápida de danos. A flexibilidade inerente aos contratos de concessão permite ajustes e adaptações ao longo do tempo, o que é essencial para a resiliência climática, pois as previsões e os impactos das mudanças climáticas podem evoluir, demandando respostas rápidas e eficazes.

Contribuição para o desenvolvimento:

Além de atender às necessidades de mobilidade, o projeto tem um impacto direto na geração de empregos e na atração de investimentos. A modernização das rodovias não apenas melhora a infraestrutura existente, mas também promove o crescimento econômico das comunidades locais, estimulando o comércio e o turismo. Em síntese, a justificativa para o projeto de concessão das rodovias do Bloco 2 é robusta e multifacetada, visando não apenas a modernização da infraestrutura rodoviária, assim como a construção de um sistema viário resiliente e adaptável às exigências das mudanças climáticas. Esse projeto representa um passo significativo em direção a um futuro mais seguro e sustentável para o Vale do Taquari e o Norte do Estado, refletindo um compromisso com o desenvolvimento regional e a responsabilidade ambiental.

Os investimentos previstos para qualificar os sete trechos (ERS-128, ERS-129, ERS-130, ERS-324, RSC-453 e ERS-135 + BR-470) que compõem o bloco serão de R\$ 6,7 bilhões (R\$ 1,3 bilhão com recursos do Funrigs), em 30 anos de concessão com a iniciativa privada. O Bloco 2 abrange 32 municípios gaúchos (com 17,5% da população do Rio Grande do Sul) e contempla um total de 415 quilômetros de extensão de rodovias. O objetivo principal é construir uma infraestrutura viária mais resiliente às mudanças climáticas, promover o desenvolvimento econômico e aumentar a segurança dos usuários.

A concessão prevê a duplicação de 244 quilômetros e a implementação de 103 quilômetros de terceiras faixas para ampliar a fluidez e a segurança das estradas da região, uma das mais afetadas pelas enchentes de maio de 2024. O parceiro na modelagem das concessões é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A publicação do edital está prevista para junho de 2025. A consulta pública do projeto ficou aberta do dia 13 de janeiro de 2025 a 24 de março de 2025, permanecendo aberta por 70 dias. Ao todo, foram recebidas mais de 389 contribuições. O governo do Estado segue em diálogo com os municípios e entidades interessadas e está aprimorando o projeto, visando a construção do modelo final, que melhor atenda aos usuários das rodovias e municípios do entorno do Bloco 2.



Dragagem e desassoreamento dos canais de navegação Furadinho, Pedras Brancas, Leitão e São Gonçalo - Crédito: Mauricio Tonetto

Reconstrução de hidrovias e infraestrutura portuária - Portos RS



A reconstrução e a modernização da malha hidroviária do Rio Grande do Sul são essenciais para garantir um sistema logístico mais resiliente, alinhado com as ações estratégicas do Plano Estadual de Logística de Transportes (PELT-RS) e as prioridades do Estado. Com infraestrutura adequada, como dragagem e manutenção dos canais de navegação, especialmente no Porto de Porto Alegre e no Porto do Rio Grande, o transporte hidroviário poderá operar de forma segura e eficiente, assegurando uma alternativa sustentável e econômica ao modal rodoviário, que hoje predomina.

A iniciativa busca restaurar as profundidades de projeto dos canais de navegação sob a jurisdição da Portos RS, abrangendo o Porto do Rio Grande, a hidrovia da Lagoa dos Patos, o Lago Guaíba e seus afluentes, que foram impactados pelos even-

tos extremos de abril-maio de 2024. Também visa reconstruir e restabelecer as infraestruturas terrestres, de acostagem e de controle dos portos organizados, com ênfase no Porto de Porto Alegre. O valor total estimado é de R\$ 731.389.744,32, com recursos do Funrigs. O prazo previsto para conclusão é abril de 2027.

Até abril de 2025, foram concluídos os levantamentos hidrográficos do canal de acesso ao Porto do Rio Grande (está sendo finalizado o edital para publicação da execução da obra); o levantamento batimétrico da hidrovia está em execução; a dragagem do canal de Itapuã foi concluída; a dragagem dos Canais Leitão, Pedras Brancas, Furadinho e São Gonçalo está em execução. Atualmente, a Portos RS trabalha em edital para os próximos canais a serem dragados na hidrovia.

Desassoreamento de pequenos rios



O projeto Desassorear RS está fundamentado nos impactos negativos causados pelo assoreamento dos recursos hídricos, intensificado por eventos meteorológicos extremos ocorridos no Rio Grande do Sul. O assoreamento, caracterizado pelo acúmulo de sedimentos (como argila, silte, areia e cascalho) e resíduos orgânicos e inorgânicos nos cursos d'água, reduz a capacidade de retenção hídrica, resultando em obstruções que agravam enchentes e inundações. Esses fenômenos, exacerbados por desastres naturais recentes, prejudicam a segurança hídrica e a estabilidade das comunidades afetadas.

Com valor total estimado em R\$ 300.000.000, o projeto busca prevenir a consolidação de danos, garantir eficiência e agilidade no manejo dos recursos hídricos e minimizar os riscos de novos desastres, promovendo a recuperação ambiental e a resiliência climática nas regiões impactadas.

Até abril de 2025, foram contemplados 154 municípios, totalizando volume de 227.836,27 metros cúbicos de sedimentos removidos dos cursos d'água. Outras cidades ainda devem ser atendidas pelo programa, de modo que se estima um total de 4.051.509,31 metros cúbicos de sedimentos a serem retirados.

Desassorear RS - EIXO 1 | 154 MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS

- | | | | | |
|-------------------------|---------------------------|-------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| 1. Alvorada | 33. Cristal do Sul | 65. Jacutinga | 97. Ponte Preta | 129. São Vendelino |
| 2. Anta Gorda | 34. David Canabarro | 66. Lajeado | 98. Progresso | 130. Sapiranga |
| 3. Arambaré | 35. Dois Irmãos | 67. Liberato Salzano | 99. Putinga | 131. Sarandi |
| 4. Aratiba | 36. Dom Pedrito | 68. Lindolfo Collor | 100. Quatro Irmãos | 132. Segredo |
| 5. Arroio do Meio | 37. Dona Francisca | 69. Mampituba | 101. Relvado | 133. Sinimbu |
| 6. Arroio Grande | 38. Doutor Ricardo | 70. Maquiné | 102. Restinga Séca | 134. Sobradinho |
| 7. Arvorezinha | 39. Eldorado do Sul | 71. Maratá | 103. Rio Grande | 135. Soledade |
| 8. Balneário Pinhal | 40. Encantado | 72. Marques de Souza | 104. Roca Sales | 136. Tapes |
| 9. Barão | 41. Entre Rios do Sul | 73. Mata | 105. Rodeio Bonito | 137. Taquara |
| 10. Barra do Rio Azul | 42. Erval Grande | 74. Mato Leitão | 106. Rolante | 138. Taquari |
| 11. Bento Gonçalves | 43. Esteio | 75. Minas do Leão | 107. Ronda Alta | 139. Teutônia |
| 12. Bom Princípio | 44. Estrela | 76. Montauri | 108. Sagrada Família | 140. Toropi |
| 13. Boqueirão do Leão | 45. Farroupilha | 77. Montenegro | 109. Salto do Jacuí | 141. Travesseiro |
| 14. Brochier | 46. Faxinal do Soturno | 78. Morrinhos do Sul | 110. Salvador do Sul | 142. Três Cachoeiras |
| 15. Caciçara Doble | 47. Feliz | 79. Muçum | 111. Santa Cruz do Sul | 143. Tres Coroas |
| 16. Caiçara | 48. Forquetinha | 80. Nova Alvorada | 112. Santa Maria | 144. Tupandi |
| 17. Canoas | 49. Garibaldi | 81. Nova Brésia | 113. Santa Tereza | 145. União da Serra |
| 18. Canudos do Vale | 50. Glorinha | 82. Nova Palma | 114. Santa Vitória do Palmar | 146. Vale do Sol |
| 19. Capão do Leão | 51. Gramado | 83. Nova Petrópolis | 115. Santo Angelo | 147. Vale Real |
| 20. Capela de Santana | 52. Gramado dos Loureiros | 84. Nova Prata | 116. Santo Antonio da Patrulha | 148. Vale Verde |
| 21. Caraa | 53. Gramado Xavier | 85. Nova Santa Rita | 117. Santo Expedito do sul | 149. Venâncio Aires |
| 22. Casca | 54. Guaíba | 86. Novo Cabrais | 118. São Gabriel | 150. Vera Cruz |
| 23. Caxias do Sul | 55. Guaporé | 87. Palmitinho | 119. São Jerônimo | 151. Veranópolis |
| 24. Cerrito | 56. Harmonia | 88. Pantano Grande | 120. São João do Polésine | 152. Vespasiano Corrêa |
| 25. Cerro Branco | 57. Ibarama | 89. Pareci Novo | 121. São Jorge | 153. Vila Maria |
| 26. Cerro Grande | 58. Igrejinha | 90. Parobé | 122. São José do Hortêncio | 154. Vitória das Missões |
| 27. Cerro Grande do Sul | 59. Imigrante | 91. Passa Sete | 123. São José do Sul | |
| 28. Charqueadas | 60. Ipiranga do Sul | 92. Pelotas | 124. São Lourenço do Sul | |
| 29. Charrua | 61. Irai | 93. Picada Café | 125. São Pedro das Missões | |
| 30. Colinas | 62. Itati | 94. Pinhal | 126. São Sebastião do Cai | |
| 31. Coqueiro Baixo | 63. Ivoti | 95. Pinheirinho do Vale | 127. São Sepé | |
| 32. Cotiporã | 64. Jaboticaba | 96. Poço das Antas | 128. São Valentim do Sul | |



Desassorear RS restabelece curso do Rio Forqueta em Arroio do Meio Crédito: Matheus Miranda

Reconstrução e requalificação de escolas



Programa Agiliza Escola em Apeles, instituição localizada em Porto Alegre. Crédito: Jürgen Mayrhofer

Para garantir a retomada das mais de 600 escolas estaduais danificadas após a catástrofe meteorológica, o governo do Estado investiu mais de R\$ 180 milhões para reposição de mobiliário, parcelas extras do Agiliza, repasses para merenda, equipamentos e obras.

Para o Agiliza, foram mais de R\$ 72,2 milhões entre os meses de junho a dezembro de 2024; para aquisição de mobiliário e equipamentos, foram R\$ 40,3 milhões; e para recuperação das escolas atingidas pela enchente foram investidos mais de R\$ 70 milhões em obras (sendo 134 demandas em 117 escolas). Esses números estão em constante

atualização, já que há projetos em andamento. Ao todo, 1.104 escolas tiveram seu funcionamento afetado de alguma forma pelas enchentes.

- 608 escolas com infraestrutura danificada
- 89 escolas serviram de abrigo
- 403.528 estudantes diretamente impactados

PPP em educação

O Estado enfrenta as consequências dos eventos meteorológicos extremos que atingiram seu território e afetaram equipamentos públicos. Neste sentido, a estruturação da parceria público-privada (PPP) em educação se apresenta como frente prioritária de reconstrução e garantia da oferta adequada de ensino à comunidade, se colocando como solução para contratação integrada de obras de requalificação, ampliação, manutenção predial e serviços não pedagógicos. O valor total estimado é de R\$ 1.500.000.000.

A PPP tem como objetivo requalificar a infraestrutura das escolas e prestar serviços de apoio que não interfiram nas atividades pedagógicas, tais como: conservação e manutenção predial, conectividade, zeladoria, higiene e limpeza, segurança e vigilância, jardinagem e controle de pragas, fornecimento de utilidades, gestão de resíduos sólidos e fornecimento de mobiliário e equipamentos.

O escopo da PPP engloba 99 unidades escolares da rede, que fazem parte do Programa RS Seguro, criado em 2019 como um programa transversal atrelado ao Gabinete do Governador para proposição de medidas estruturantes de segurança pública em 23 municípios priorizados, orientadas pelas diretrizes da integração, da inteligência e do

investimento qualificado.

No âmbito da responsabilidade de resiliência climática, a concessionária responsável pela PPP deverá realizar estudos para identificação de eventuais riscos de comprometimento à infraestrutura das escolas em decorrência de eventos extremos e elaborar um Plano de Mitigação de Riscos em Decorrência de Eventos Climáticos.

Esse plano deverá ser voltado à indicação de projetos e medidas preventivas, de natureza construtiva, mobiliária e de infraestrutura, de intervenções nas escolas, que sejam capazes de mitigar os riscos decorrentes de possíveis eventos climáticos característicos da região que impactem a área da concessão e as escolas, como em decorrência de vendavais, tempestades extremas, enchentes, inundações e secas extremas.

O projeto prevê a realização de investimentos e a prestação de serviços de operação e manutenção em 99 escolas de 15 municípios (Alvorada, Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Cruz Alta, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Viamão). A seleção das escolas foi realizada a partir do Programa RS Seguro, com critérios focados na maior vulnerabilidade social.

Projeto de recuperação e readaptação de prédios

A maior enchente da história do Rio Grande do Sul deixou marcas profundas em diversas regiões do Estado, afetando não apenas milhares de famílias, mas também a infraestrutura pública essencial. Diante desse cenário, o governo assumiu o compromisso firme com a reconstrução e a recuperação de prédios públicos, garantindo a retomada de serviços fundamentais para a população.

Com responsabilidade, planejamento e agilidade, estão sendo executadas ações para reconstruir escolas, unidades de saúde, equipamentos culturais, delegacias, sedes administrativas e outros espaços públicos danificados. Mais do que obras, são passos concretos para restabelecer a normalidade, fortalecer os serviços públicos e cuidar de quem mais precisa neste momento de reconstrução coletiva.

Entre as ações em andamento, destacam-se:

- Reforma do edifício-sede da Secretaria da Fazenda (Sefaz); do prédio do Arquivo Geral DECAM e do prédio do Serviço de Materiais da Sefaz (Semat), com investimento de R\$ 29,2 milhões.
- Recuperação de 572 obras em papel no Museu de Arte do RS (MARGS) – R\$ 693,7 mil.
- Restauração de peças do acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – R\$ 95,2 mil.
- Obras de modernização e adequação de espaços culturais para garantir segurança, acessibilidade e continuidade das atividades – R\$ 8,5 milhões.

- Reforma do Campus Central da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), com substituição de telhados, recuperação de equipamentos danificados, reposição de bibliografia e materiais laboratoriais – R\$ 9 milhões.
 - Reforma da pista de atletismo do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (Cete) – R\$ 7,15 milhões.
 - Recuperação da Estação Rodoviária de Porto Alegre, com ampliação do espaço – R\$ 20,5 milhões.
 - Restauração dos pisos dos pavilhões do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio – R\$ 7 milhões.
 - Reforma e adequação da sede da Promotoria de Justiça de São José do Norte – R\$ 690 mil.
- Esses investimentos demonstram o esforço concreto do Estado em reconstruir com qualidade, proteger o patrimônio público e garantir a continuidade dos serviços essenciais para toda a população.
- Restauração dos pisos dos pavilhões do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio – R\$ 7 milhões.
 - Reforma e adequação da sede da Promotoria de Justiça de São José do Norte – R\$ 690 mil.

Esses investimentos demonstram o esforço concreto do Estado em reconstruir com qualidade, proteger o patrimônio público e garantir a continuidade dos serviços essenciais para toda a população.

Horas-máquina

Como parte das ações do Plano Rio Grande, o programa “Horas-máquina/áreas urbanas” vem sendo implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedur), oportunizando a contratação de horas-máquina para os municípios atingidos pelas enchentes. O investimento total é de R\$ 106.400.000.

Uma primeira etapa emergencial do programa foi aprovada em maio de 2024 e, desde então, a Sedur tem trabalhado no auxílio aos municípios, tendo como principal objetivo atuar, por meio de termo de cooperação, na abertura de estradas; na terraplanagem para a construção de habitações; na limpeza de terrenos; e na reestruturação de cabeceiras de pontes. Dessa forma, busca-se dar celeridade ao reestabelecimento dos acessos entre as cidades gaúchas, melhorando o deslocamento dos moradores pelas estradas vicinais.

Bônus Mais Leite

O programa é destinado à concessão de bônus financeiro (subsídio) aos agricultores familiares produtores de leite que acessarem as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (custeio e investimento) do Plano Safra Federal 2024/2025 e 2025/2026. A iniciativa pretende atender a 2.800 unidades produtivas com a concessão do bônus financeiro nos contratos de financiamento. Nas operações de custeio deverão ser beneficiados, no mínimo, 2.000 contratos, aos quais será concedido bônus financeiro de 25% do valor financiado, limitado a R\$ 5.000. Nas operações de investimento, estima-se que sejam beneficiados 800 contratos, com bônus financeiro de 25% do valor financiado, limitado a R\$ 25.000.

O valor total do programa é de R\$ 30.000.000, a ser executado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

Recuperação de estradas vicinais

Com investimento de R\$ 107.700.000, o programa Recuperação de Estradas Vicinais, desenvolvido pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi), é destinado à transferência de recursos aos municípios em situação de emergência. A iniciativa contribui para a desobstrução, a reconstrução e a limpeza das estradas vicinais em áreas rurais afetadas pelos eventos meteorológicos de 2024.

Avançar Suas - Reconstrução

Programa criado com a finalidade de cofinanciar reformas, ampliações, adaptações e reconstrução de unidades de serviços socioassistenciais, por meio do Fundo Estadual de Assistência Social. Os municípios que manifestaram interesse puderem aplicar os recursos em Centros de Referência de Assistência Social (Cras); Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas); Unidades de Acolhimento; Postos de Cadastro Único e Centros de Convivência referenciados ao Cras.

Foram aprovados R\$ 50 milhões provenientes do Fundo do Plano Rio Grande. Em novembro de 2024, a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) publicou o documento para manifestação de interesse dos municípios para o montante de R\$ 11 milhões.

Renovatec DPE RS

O projeto “Renovatec: Direito à Resiliência Climática” é destinado a reconstruir e modernizar a infraestrutura tecnológica da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE-RS), visando promover a inclusão digital, a eficiência operacional e a resiliência climática por meio da aquisição de equipamentos, instalação de rede de comunicação,

desenvolvimento de sistemas e capacitação de lideranças comunitárias em prevenção, resposta e resiliência climática. O investimento no projeto é de R\$ 26.245.745,94, com recursos do Funrigs, a ser executado pela DPE-RS.

7.3 Projetos de Diagnóstico, Governança e Preparação



Anúncio de investimentos em Segurança Pública e no Sistema Penal com aportes oriundos do Tesouro do Estado e do Fundo do Plano Rio Grande - Crédito: Mauricio Tonetto

Projeto de reestruturação das forças de segurança e da Defesa Civil



Para enfrentar com mais eficiência eventos extremos e situações de emergência, o governo do Estado, por meio da Secretaria da Segurança Pública (SSP), está realizando um dos maiores investimentos em estrutura e tecnologia da história da segurança pública gaúcha, com cerca de R\$ 930 milhões. As aquisições contemplam a Brigada Militar, Polícia Civil, Instituto-Geral de Perícias e Corpo de Bombeiros Militar.

Com recursos destinados ao reforço das forças de resposta, estão sendo adquiridos equipamentos diversos, como botes, carretas para botes, flutuadores de resgate, roupas de neoprene, rádios comunicadores, caminhonetes, viaturas, micro-ônibus, motocicletas e helicópteros.

Destaques de aquisições:

Quatro helicópteros modernos, com capacidade de operação diurna e noturna, para uso em missões críticas como resgates, transporte aeromédico e apoio a operações táticas:

- Um helicóptero para a Polícia Civil – com entrega prevista para maio de 2025
 - Um helicóptero para o Corpo de Bombeiros Militar
 - Dois helicópteros para a Brigada Militar
- Entre as entregas previstas para abril e maio de 2025, destacam-se:
- 217 caminhonetes
 - 71 veículos SUV
 - 17 micro-ônibus
 - 28 viaturas operacionais

Para a Defesa Civil, foram aprovados R\$ 14 milhões para a atualização da frota veicular, contemplando a aquisição de 46 caminhonetes 4x4, dois quadriciclos, dois micro-ônibus e um caminhão-guinchô.

A Defesa Civil vem passando por um processo de fortalecimento institucional com o objetivo de aprimorar sua capacidade de atuação frente aos desastres meteorológicos que impactam o Estado. Entre as principais medidas implementadas estão a criação de 102 novos cargos, a contratação de técnicos temporários e a ampliação da frota de veículos e equipamentos. Além disso, foi realizada a instalação de novos radares meteorológicos e estações meteorológicas automáticas, ampliando a capacidade de monitoramento e previsão de eventos extremos.

Paralelamente, foi promovida a atualização da Política Estadual de Proteção e Defesa Civil, com foco na modernização das diretrizes e instrumentos de gestão de riscos e desastres. A nova política busca consolidar uma abordagem preventiva e integrada, com ênfase na redução de vulnerabilidades, no fortalecimento da resiliência das comunidades e na articulação entre as esferas municipal, estadual e federal. Também fomenta a elaboração de Planos Municipais de Redução de Riscos, com apoio técnico da estrutura estadual.

Essas iniciativas estão alinhadas às diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e respondem à necessidade de adaptação do sistema estadual aos desafios decorrentes das mudanças climáticas. O aprimoramento da capacidade institucional da Defesa Civil é uma medida estratégica para ampliar a eficiência das ações de preparação, resposta e reconstrução, garantindo maior proteção à população e aos territórios afetados por eventos adversos.

O Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil deverá integrar-se às políticas de comunicação, ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável.

Sistema de Gestão Integrada de Monitoramento e Alerta



O Plano Rio Grande inclui o desenvolvimento de um sistema integrado voltado à modernização do diagnóstico e dos instrumentos de monitoramento e alerta. Assim, um conjunto de iniciativas foi incorporado ao plano, a fim de transformar a forma como o Estado antecipa e responde a desastres meteorológicos.

Centro de Referência Internacional em Estudos Climáticos (Crieic)

O projeto prevê a criação de um centro de estudos formado por conselho consultivo e grupos de trabalho que articulam pesquisadores, especialistas e instituições na intenção de desenvolver pesquisas, disseminar conhecimento e elaborar estratégias de adaptação e resiliência climática alinhadas às necessidades do Estado.

O Crieic será desdobrado em três eixos:

- 1) governança – estruturação de um núcleo gestor responsável pela gestão, articulação, monitoramento e avaliação das iniciativas do programa;
- 2) pesquisa – organização de uma rede de pesqui-

sa de excelência na área com foco em atividades de pesquisa, inovação e difusão;

- 3) mobilidade internacional – oferta de oportunidades de intercâmbio para servidores públicos do Estado para centros de referência no tema com vistas à capacitação e à identificação de melhores práticas.

A iniciativa busca promover soluções para adaptação às mudanças climáticas e mitigação dos seus efeitos, orientadas por demandas estratégicas do Estado, posicionando-o como uma referência para localidades com vulnerabilidade climática por meio da articulação de pesquisadores e a disseminação do conhecimento na área de resiliência e adaptação climática.

Foram definidas a estruturação do centro e como se dará seu funcionamento. Está em tramitação para publicação o decreto que institui o Centro de Referência Internacional em Estudos Climáticos.

Entender para confiar - Tecnologia e segurança para o presente e o futuro do Rio Grande do Sul

O enfrentamento dos desastres meteorológicos exige mais do que resposta rápida: exige preparo, planejamento e confiança. Por isso, o governo do Estado, por meio do Plano Rio Grande, está implantando um conjunto de tecnologias que trabalham de forma integrada para antecipar riscos, salvar vidas, proteger cidades e reduzir danos materiais. Quando a população compreende como essas ferramentas funcionam e como se articulam entre si, cresce a confiança nos alertas, nas decisões do poder público e nas ações de prevenção.

O mapeamento topográfico e a batimetria são as bases do sistema. Juntos, permitem entender como é o relevo da superfície e o fundo dos rios, identificando áreas de maior vulnerabilidade a alagamentos. Esse conhecimento técnico é essencial para orientar o planejamento urbano, a realocação de famílias em áreas de risco e a execução de obras de drenagem, contenção e infraestrutura resiliente.

As estações hidrometeorológicas e os radares meteorológicos reforçam a capacidade de vigilância. Enquanto os radares detectam com antecedência a formação de temporais, as estações medem em tempo real o volume de chuvas e o nível dos rios em diversas regiões do Estado. A combinação dessas informações permite emitir alertas mais precisos e localizados, evitando generalizações e fortalecendo a confiança da população nas mensagens de prevenção.

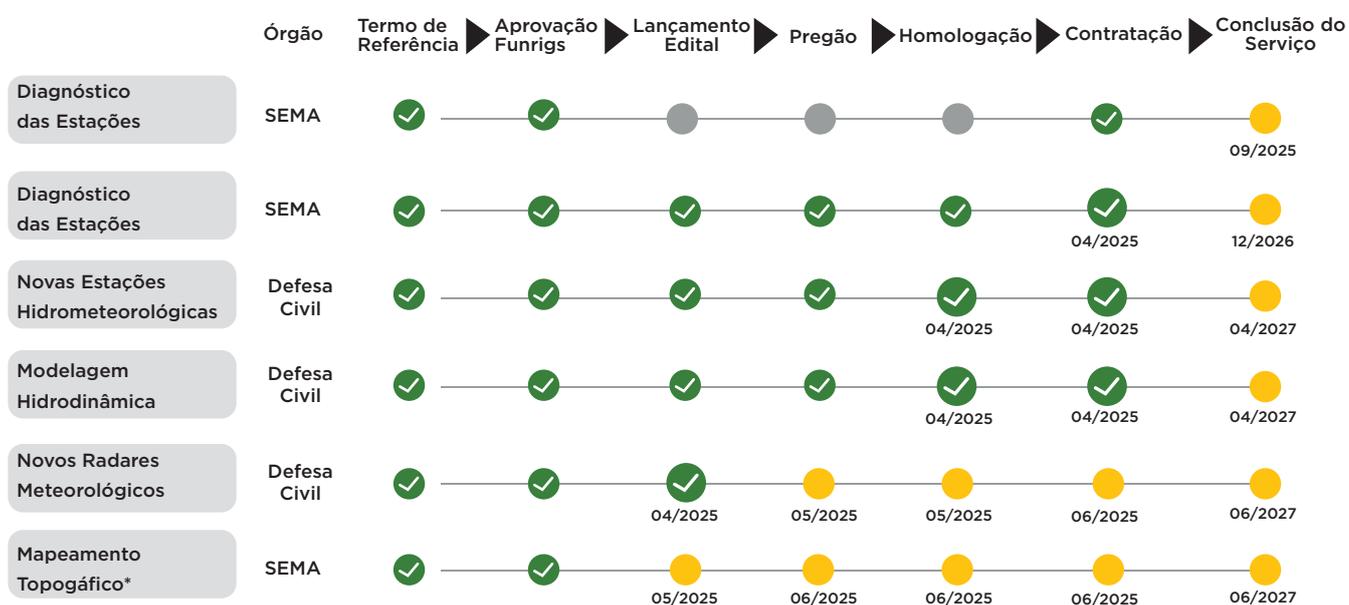
A modelagem hidrodinâmica entra como elemento estratégico: com base nos dados de relevo, batimetria e volume de chuvas, os técnicos conseguem simular o comportamento da água em diferentes cenários. Assim, é possível prever por onde a água tende a se mover, identificar zonas de risco iminente e planejar com antecedência rotas de evacuação, áreas de abrigo e ações coordenadas da Defesa Civil.

Todos esses dados convergem para o Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (Cegird), que funciona como uma central de comando e controle. Com informações atualizadas em tempo real, o Cegird permite decisões ágeis, embasadas e coordenadas, garantindo que os recursos e esforços sejam direcionados aos locais e momentos certos.

A integração entre essas ferramentas tecnológicas representa uma mudança profunda na forma como o Rio Grande do Sul enfrenta eventos extremos. Ao transformar dados em ação, o Estado amplia sua capacidade de proteger vidas, reduzir perdas materiais e assegurar um futuro mais seguro para as cidades e comunidades gaúchas.

Conceito técnico	Explicação acessível
<p>Topografia e batimetria</p>	<p>Mapear o relevo terrestre e o fundo dos rios permite prever onde a água tende a se acumular ou transbordar. Combinados, esses levantamentos ajudam a identificar áreas vulneráveis com mais precisão, orientando o planejamento urbano, a realocação de famílias e a execução de obras preventivas.</p>
<p>Estações hidrometeorológicas e radares meteorológicos</p>	<p>Enquanto os radares meteorológicos antecipam a chegada de tempestades, as estações hidrometeorológicas mostram como a chuva está impactando o nível dos rios em tempo real. Esses dados juntos permitem emitir alertas mais específicos para determinadas regiões, evitando alarmes genéricos e aumentando a confiança da população nas mensagens oficiais.</p>
<p>Modelagem hidrodinâmica</p>	<p>A modelagem hidrodinâmica usa as informações de relevo, batimetria e chuva para simular enchentes em diferentes cenários. Assim, os técnicos podem visualizar por onde a água vai se mover, identificar zonas de risco iminente e planejar rotas de evacuação, instalação de abrigos e ações da Defesa Civil com mais eficiência.</p>
<p>Cegird</p>	<p>No Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (Cegird), todos esses dados são reunidos em tempo real. A partir disso, equipes técnicas conseguem cruzar informações, emitir alertas personalizados para cada localidade e acionar rapidamente as autoridades municipais, garantindo uma resposta rápida, localizada e proporcional ao risco.</p>

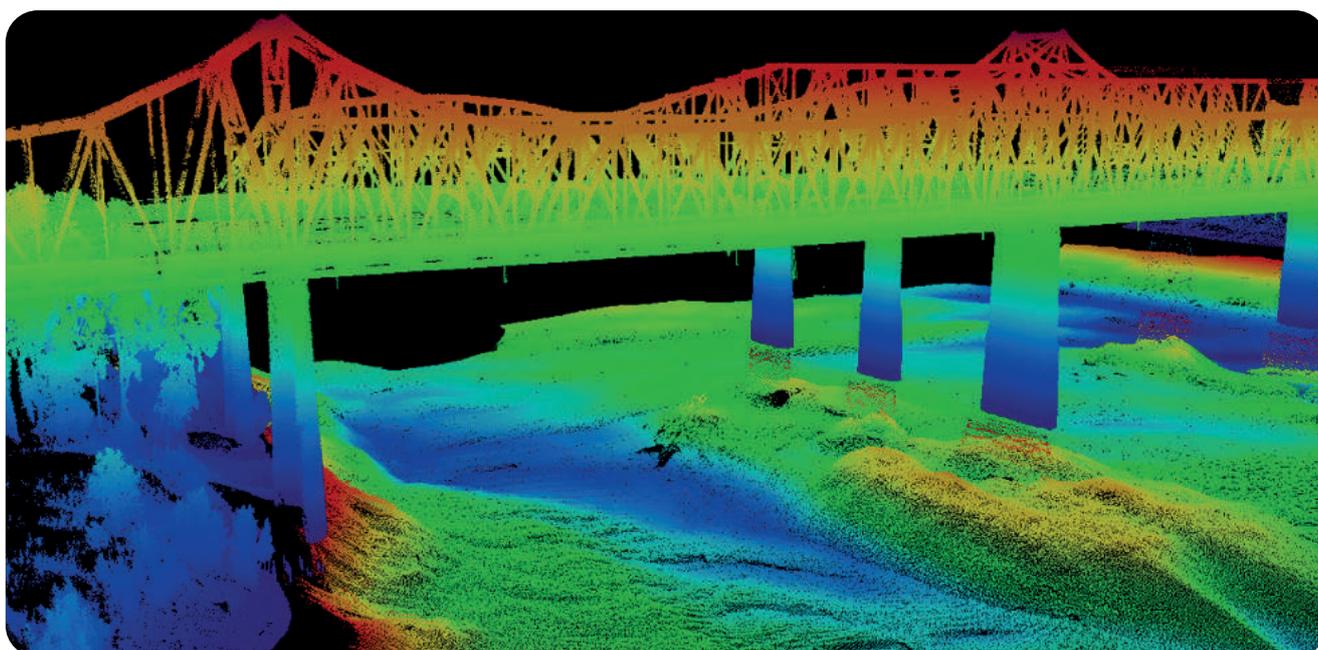
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO



Mapeamento Topográfico do Estado

O projeto prevê a realização de serviços de topografia, geoprocessamento e aquisição de produtos de aerolevantamento com tecnologia LIDAR (Light Detection and Ranging) para construção de Modelo Digital de Terreno (MDT) e Modelo Digital de Superfície (MDS) de todo o território gaúcho, englobando o total de 267.764 km² de extensão territorial. O modelo é útil para o

planejamento da reconstrução e da ocupação urbana futura. Além disso, servirá de base para subsidiar modelagens hidrológicas e hidráulicas no âmbito do monitoramento e previsão de eventos hidrológicos extremos adversos.



Modelo digital de elevação por meio de mapeamento LIDAR



Exemplo de Ortomosaico

O Rio Grande do Sul vem sendo atingido severamente por inundações e movimentos de massa, sendo necessária a disponibilização de informações altimétricas que ampliem a capacidade de melhorar o planejamento, especialmente nos municípios. As informações apresentadas em planos de contingência em caso de inundações e movimentos de massa, e a elaboração ou revisão dos planos diretores municipais de desenvolvimento urbano devem ser aprimoradas.

Além disso, atualmente, os mapas disponíveis de topografia e modelos digitais de elevação do Estado encontram-se desatualizados devido a modificações geomorfológicas do relevo resultantes de inundações, movimentos de massa e outros fenômenos. O sistema vigente de alertas de inundação está baseado em modelo hidrológico chuva-vazão. O Estado está atuando para viabilizar a utilização do modelo hidrodinâmico, no qual as informações altimétricas são fundamentais para a acurácia dos resultados dos modelos.

O objetivo da medida é dotar o Estado de informações qualificadas e precisas sobre áreas suscetíveis a risco para tomada de decisão no enfrentamento de desastres, qualificando os órgãos públicos e o sistema de monitoramento, acompanhamento e alerta gerenciado junto a Defesa Civil do Estado. Com isso, ações preventivas e direcionadas podem ser tomadas diante da iminência de um evento adverso, para preservar vidas e minimizar danos ao patrimônio público e privado.

Foram definidos todos os produtos que devem ser executados. O termo de referência foi finalizado e o edital está em etapa interna de licitação preliminar a publicação.

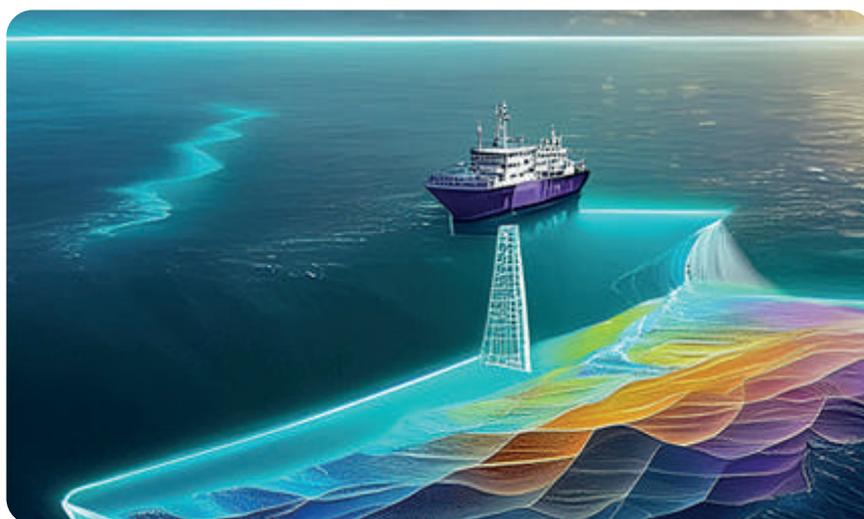
Levantamento Batimétrico

A iniciativa prevê a realização de serviço de execução de levantamento topobatimétrico (batimetria e calha dos corpos hídricos), com cobertura do leito na área levantada dos principais corpos hídricos do Rio Grande do Sul, localizados em todas as regiões hidrográficas, Lago Guaíba, Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim.

- ~~~~~ Levantamento batimétrico (200m e 500m)
- ~~~~~ Levantamento batimétrico (1000m)
- ~~~~~ Levantamento batimétrico (1000m e 5000m)



Levantamento Batimétrico dos principais corpos hídricos do RS



Exemplo de realização de serviço de levantamento Batimétrico

O Rio Grande do Sul, especialmente na Região Hidrográfica do Guaíba, foi atingido severamente por eventos extremos de inundações e movimentações sedimentares. Por isso, a disponibilização de informações topobatimétricas para os gestores do Estado, em conjunto com os municípios, contribui para melhorar o planejamento e a preparação para enfrentamento de eventos extremos. Esses dados são importantes tanto em relação aos planos de contingência contra inundações e movimentações sedimentares, quanto na elaboração ou revisão dos planos diretores municipais de desenvolvimento urbano. Atualmente, o sistema de alertas de inundação está baseado em modelo hidrológico chuva

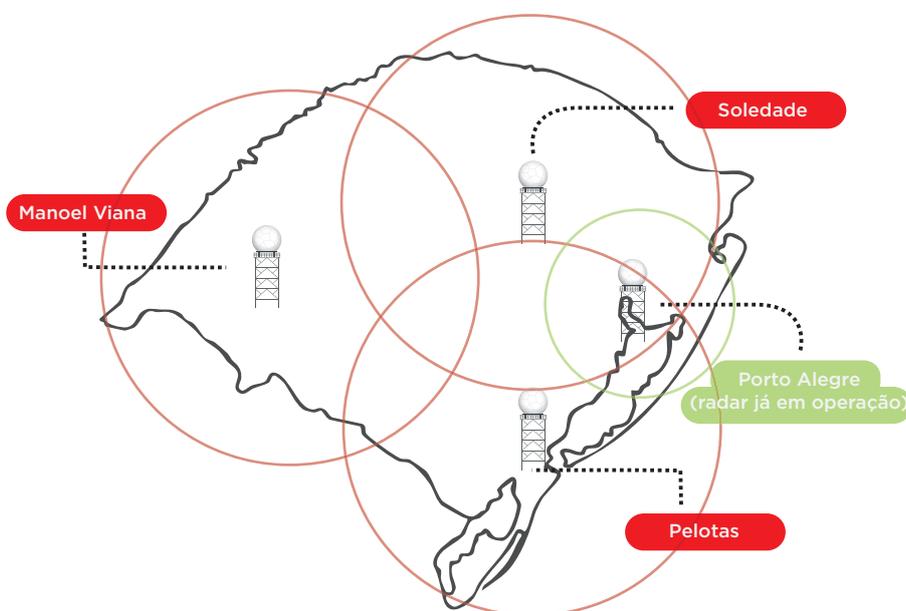
x vazão. Em esforço paralelo e complementar a este termo de referência, o Estado também está atuando para viabilizar a utilização de modelo hidrodinâmico, em que as informações topobatimétricas serão fundamentais para a acurácia dos resultados dos modelos futuros desenvolvidos para o Estado.

O termo de referência foi finalizado. O edital de credenciamento foi lançado em janeiro de 2025 e oito empresas estão habilitadas para executar o serviço.

Novos radares meteorológicos

O projeto prevê a aquisição de três radares com tecnologia de Banda S, preparação de infraestrutura para sua instalação e realização de manutenção preventiva e corretiva pelo período contratual. O objetivo da iniciativa é qualificar o

monitoramento meteorológico do Estado em alinhamento com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil instituída pela Lei 12.608, de 10 de abril de 2012, e do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, instituído pelo Decreto Estadual 51.547, de 3 de junho de 2014.



Os objetivos da contratação são estabelecer um sistema avançado de previsão meteorológica de nowcasting para o Rio Grande do Sul, trazer melhorias e qualificar o sistema de monitoramento, acompanhamento e alerta meteorológico da Defesa Civil do Estado. As informações detalhadas são colhidas por meio do uso de uma rede de radares meteorológicos e interpretadas por profissionais da meteorologia e hidrologia,

aumentando o nível de preparação e resposta para eventos adversos e extremos.

O termo de referência foi finalizado apresentando todas as necessidades de produtos que devem ser executados. Edital publicado em 7 de abril de 2025, com leilão previsto para ocorrer dia 24 do mesmo mês.

Diagnóstico e manutenção da rede de estações hidrometeorológicas

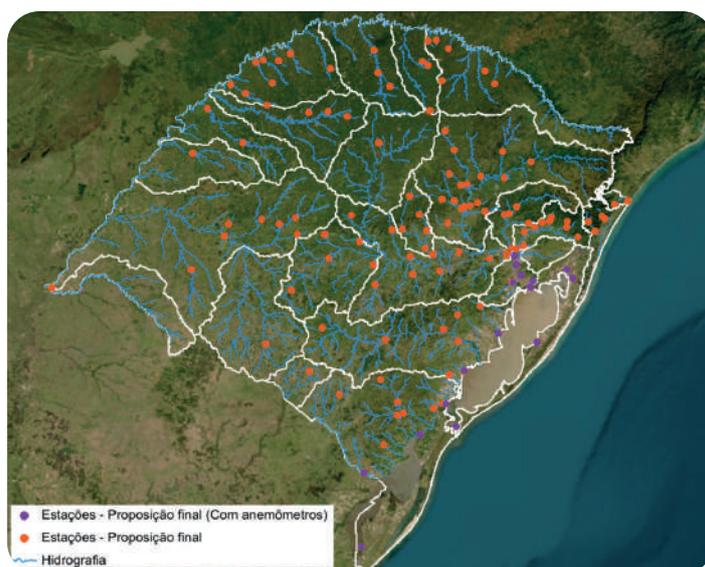
O projeto visa a contratação de serviços para diagnóstico, recuperação e manutenção da rede telemétrica hidrometeorológica da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema), composta por estações pluviométricas e fluviométricas, essenciais para alertas de eventos críticos, gestão de recursos hídricos e estudos técnicos. Inclui a recuperação de estações prioritárias danificadas, manutenção emergencial por um ano e disponibilização de uma plataforma de gerenciamento de dados. As atividades abrangem vistorias, reparos, calibração de equipamentos e supervisão técnica, garantindo a operação contínua e a qualidade dos dados, com produtos entregues e monitorados mensalmente pela contratante.

Os serviços foram contratados e começaram em setembro de 2024. Foi realizado o diagnóstico das

12 estações de referência de alerta, sendo que sete delas já foram reinstaladas. O diagnóstico das 160 estações da rede foi entregue e está em fase de correção pela contratada. A previsão de conclusão é de 16 meses (dezembro de 2025).

Ampliação da rede de estações hidrometeorológicas

O projeto busca a contratação de uma empresa especializada para a implantação e operação de uma rede de 130 estações de monitoramento hidrometeorológico no Estado, focando na modalidade de nowcasting para eventos críticos. Essa iniciativa está alinhada com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil.



Localização da rede de estações hidrometeorológicas de missão crítica no Estado do Rio Grande do Sul

Os objetivos da medida incluem fortalecer a capacidade de monitoramento e alerta antecipado de eventos adversos, melhorar a tomada de decisões do poder público durante situações hidrometeorológicas críticas e reduzir riscos relacionados a desastres meteorológicos, promovendo segurança e bem-estar à população. As atividades incluem a instalação de estações em locais estratégicos, coleta de dados em tempo real,

integração com plataformas de supervisão, implementação de telemetria e videomonitoramento, garantia de alta disponibilidade e continuidade operacional com infraestrutura robusta e redundante.

A licitação foi realizada e está em fase de contratação da empresa adjudicada.

Modelagem Hidrodinâmica

A contratação visa a obtenção de serviços especializados para a previsão de eventos hidrológicos críticos, incluindo o mapeamento geoespacial, identificação e classificação de áreas de risco hidrológico e seus limiares, elaboração de mapas de inundação, planejamento de redes de monitoramento e alerta, além de suporte técnico especializado e o licenciamento de softwares na modalidade serviço. Todas as atividades serão

desenvolvidas em alinhamento com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída pela Lei 12.608, de 10 de abril de 2012, e com o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, estabelecido pelo Decreto Estadual 51.547, de 3 de junho de 2014.

A licitação foi realizada e está em fase de contratação da empresa vencedora adjudicada.



Exemplo de modelagem hidrodinâmica realizada para o centro de Porto Alegre

Plataforma de integração e análise de dados

O projeto busca a contratação de serviços especializados para o desenvolvimento e sustentação de plataformas integradas que auxiliem o monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico do Estado. A iniciativa inclui a criação de bancos de dados, portais, aplicativos e ferramentas de análise para integrar informações e melhorar a capacidade de resposta a eventos críticos. As atividades serão conduzidas

com metodologias ágeis, utilizando as melhores práticas tecnológicas disponíveis, e alinhadas às exigências da Política Nacional e Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Atualmente, está em fase de desenvolvimento pela Procergs, conforme requisitos técnicos definidos pela Sema.

Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (Cegird)

O Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (Cegird) é uma base instalada para a coordenação das ações de defesa civil em nível estadual. Trata-se de uma estrutura organizacional projetada para coordenar e gerenciar operações de resposta a emergências e desastres. Esse centro integra tecnologia avançada para monitoramento em tempo real dos acontecimentos e incidentes acarretados por situações de emergência, decorrentes de eventos extremos, permitindo uma resposta rápida e eficaz. Tendo em vista a projeção de uma gestão integrada de riscos e desastres, isto é, com colaboração de todos os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, o Cegird funcionará de



O Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres coordenará as ações de defesa civil em nível estadual

forma articulada com novas estruturas projetadas, sendo nove Centros Regionais e dez Adjuntorias Regionais de Gestão Integrada de Riscos e Desastres.

Foram definidos o prédio e parte da área do Centro Administrativo Engenheiro Noé de Mello Freitas (CA-ENMF), que consiste em estrutura multimissão e centro logístico. Está em fase avançada de anteprojetos desenvolvidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A próxima etapa consiste na contratação integrada de projetos executivos e obras.



Cegird terá estrutura organizacional projetada para coordenar e gerenciar operações de resposta a emergências e desastres

Fortalecimento e implantação de novas unidades regionais

Estão previstos nove novos centros regionais de Gestão Integrada de Riscos e Desastres alocados em regiões estratégicas. Os centros envolvem a construção de prédios novos com aproximadamente 500m² de área, distribuídos em dois pavimentos, prevendo: Infraestrutura de missão crítica; Alta disponibilidade e redundância; Gabinete de Crise; Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil; Auditório (Briefing - Debriefing); Sala de Imprensa e Heliponto.

O investimento será em torno de R\$ 7 milhões por Centro Regional, totalizando R\$ 63 milhões.

As localizações prioritárias já foram definidas. Estão em fase de elaboração o termo de referência para contratação integrada de projetos e obra.

Adjuntorias Regionais de Gestão Integrada de Riscos e Desastres

Será feita adaptação e aparelhamento de dez adjuntorias regionais compartilhadas com órgãos integrantes do Sistema Estadual, incluindo: infraestrutura, monitoramento, gabinete de crise e auditório. O investimento aproximado é de R\$ 1,7 milhão por adjuntoria, totalizando R\$ 17 milhões.

Protocolos de emergência setoriais

A partir do diagnóstico de setores prioritários, desde outubro de 2024, o governo do Estado, em conjunto com o Ministério Público, tem conduzido o trabalho de elaboração dos Protocolos de Emergência nas áreas de assistência social, comunicação, logística e saúde. Esse esforço tem como objetivo sistematizar as aprendizagens dos atores envolvidos na resposta à crise, identificando as ações de êxito, as que precisam ser aprimoradas e como aprimorar essas últimas para uma resposta mais eficiente no contexto de emergência.

As enchentes ocorridas em maio de 2024 impuseram a todas as secretarias do poder estadual a necessidade de responderem de acordo com as suas capacidades, identificando recursos necessários e desenvolvendo formas de lidar com os problemas decorrentes dos alagamentos e inundações. Foi diagnosticada a premência de aprimorar e registrar o conhecimento de todo leque de ações e procedimentos, para que as respostas dadas a esses eventos sejam mais rápidas, certeiras e coordenadas quando da ocasião de novos episódios extremos.

Quatro protocolos de emergência foram construídos para estruturação de procedimentos que garantam a continuidade dos serviços essenciais em situações de emergência ou calamidade, e para que se reduzam os impactos negativos e se otimize a resposta por meio da orientação e padronização de esforços.

Planos de Contingência dos Municípios

O projeto de Planos de Contingência dos Municípios visa subsidiar os quadros de servidores e das defesas civis municipais na construção de seus planos e no aprimoramento dos já existentes. Isso será feito por meio de treinamentos, capacitações e articulação entre as redes envolvidas nas ações de resposta.

Dos municípios em calamidade, 42 não tinham planos de contingência. Levando em consideração os eventos meteorológicos de maio de 2024, mostrou-se necessário que o Estado apoiasse os municípios na elaboração de seus planos, oferecendo meios de capacitação e desenvolvimento para uma melhor capacidade de resposta no contexto de crise. A atualização e construção do documento mapeia

Áreas prioritárias para construção de protocolos elencadas a partir de experiências anteriores da Defesa Civil:



Já foram realizadas reuniões com o Grupo de Trabalho envolvendo representantes da Defesa Civil, do Ministério Público, dos gabinetes do Governador e do Vice-governador, das secretarias da Reconstrução Gaúcha, de Desenvolvimento Social, da Saúde, de Comunicação e de Logística e Transportes, além da Secretaria Executiva do Comitê Científico. Mais de 90 atores envolvidos na resposta às enchentes de maio, provenientes de mais de 50 instituições (públicas e privadas), foram entrevistados.

possíveis cenários de risco, estabelece ações de monitoramento, alerta e fuga e define medidas para restabelecimento de serviços essenciais.

Uma das iniciativas já em andamento é o Curso Básico de Proteção e Defesa Civil, conduzido pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do RS e pelo Ministério Público do RS. O objetivo é capacitar os coordenadores municipais, qualificando sua atuação nas ações de proteção e defesa civil. Já com dois módulos realizados (remoto e presencial), o curso está sendo realizado também com Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (CREPDECs), e conta com mais de 400 municípios inscritos.

Planos de Contingência para Escolas Resilientes

O projeto Planos de Contingência para Escolas Resilientes busca desenvolver e definir diretrizes para elaboração e implementação desse tipo de plano nas escolas da Rede Estadual de educação. Com isso, busca-se a prevenção, preparação e gestão de riscos; a reação e resposta em crises; e a recuperação, com a retomada das aulas de forma segura e acolhedora, após a ocorrência de algum evento meteorológico extremo.

Os Planos de Contingência devem abarcar aspectos de segurança e integridade física e emocional da comunidade escolar, bem como aspectos de preservação e recuperação da infraestrutura física do espaço escolar, de gestão para a continuidade das atividades pedagógicas e de gestão administrativa da escola em meio a emergências.

A Secretaria da Educação desenvolveu o conceito de Escola Resiliente, que diz respeito a instituições cujo ambiente deve estar preparado para resistir e absorver impactos de eventos adversos, assegurando a qualidade e a equidade do ensino, assim como o acolhimento e o bem-estar da comunidade escolar.

As escolas precisam, segundo o conceito, adaptar-se ao contexto socioambiental de risco de desastres e mirar a rápida recuperação da trajetória de aprendizagem dos estudantes. O conceito envolve tanto aspectos pedagógicos quanto de infraestrutura e gestão. Não há, no Brasil, iniciativa semelhante nesse porte e abrangência.

7.4 Projetos de Resiliência

Programa de Recuperação Socioprodutiva e Ambiental e Incremento da Resiliência Climática da Agricultura

Coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), a ação visa promover a recuperação social, produtiva e ambiental das propriedades rurais da agricultura familiar, fortalecendo a resiliência climática e integrando práticas sustentáveis ao desenvolvimento rural do Estado. A medida é destinada a agricultores e pecuaristas familiares que residem em suas propriedades rurais.

O programa prevê, inicialmente, o atendimento de 5 mil propriedades rurais, distribuídas em 495 municípios do Rio Grande do Sul que possuem proprieda-

des de agricultura familiar, e a difusão de tecnologias para 70 mil propriedades de forma indireta.

O orçamento de R\$ 300 milhões foi aprovado no Fundo do Plano Rio Grande, sendo R\$ 150 milhões para recuperação produtiva e R\$ 150 milhões para assistência técnica e extensão rural. O projeto de lei do programa já foi encaminhado à Assembleia Legislativa.

Programa Manutenção de Talentos - Emergência Climática

A ação busca atrair e manter talentos no Rio Grande do Sul, por meio de estratégias que envolvam programas de formação universitária, com foco em carreiras voltadas à área de tecnologia, formando jovens preparados para o mercado de trabalho do século 21. A principal justificativa de realização do Programa Manutenção de Talentos - Emergência Climática é a busca pela manutenção de *startups* no RS após os eventos meteorológicos de setembro e novembro de 2023 e maio de 2024.

Um levantamento realizado pela Associação Gaúcha de *Startups* apontou que 80% das *startups* tiveram dificuldades operacionais em função dos desastres locais. Agronegócio, saúde e educação foram os segmentos mais afetados, com quase 400 *startups* acometidas. Ainda há poucos dados consolidados sobre o número de *startups* que descontinuaram seus negócios por conta das cheias, mas cerca de 20% ainda tem dificuldades para retornar ao que era antes do ocorrido.

Revisão do Plano Diretor de sete municípios do Vale do Taquari

A ação visa o desenvolvimento do Plano Diretor para os municípios de Arroio do Meio, Colinas, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela, Muçum e Roca Sales. A meta é estabelecer estratégias adequadas a cada local após as cheias de 2023 e 2024.

O projeto possibilitará identificação, avaliação e mapeamento de áreas vulneráveis à inundação, a partir das quais serão elaboradas diretrizes para a priorização das novas áreas a serem ocupadas.

O escopo do projeto também inclui a definição das áreas urbanas e rurais dos municípios, do parcelamento do solo e dos planos de mobilidade urbana e habitação social, além da atualização dos códigos de obras com as áreas de risco.

Essas ações são fundamentais para a resiliência dos municípios, além de melhorar a qualidade de vida da população, reduzir as desigualdades socioeconômicas e tornar as cidades mais inclusivas, justas e ambientalmente equilibradas.

Está previsto o desenvolvimento de três produtos com prazo final de entrega em janeiro de 2026:

Entre as estratégias da iniciativa, estão: oferecer um programa de formação universitária, com foco em carreiras voltadas à área de tecnologia; formar jovens preparados para o mercado de trabalho do século 21; atrair jovens de todo o Brasil a partir dos incentivos proporcionados pelo governo gaúcho para a formação universitária em carreiras das áreas de tecnologia; auxiliar na manutenção de *startups* no RS em virtude dos eventos meteorológicos envolvidos, fortalecendo os ambientes de inovação.

O público-alvo são *startups* de tecnologia e graduandos, graduados, mestres e doutores que participam de equipes responsáveis pela execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação. Atualmente, cinco projetos de startups foram contratados via edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs).

1º: zoneamento de risco e diretrizes preliminares de ocupação prioritária (já realizado);

2º: Plano Diretor e Plano do Perímetro Urbano (em desenvolvimento);

3º: detalhamento das temáticas principais dos Planos Diretores: a) Plano de Parcelamento do Solo; b) Plano Habitação Social; c) Plano de Mobilidade; d) Código de Obras e Edificações.

O Governo do Estado assinou um acordo com a Universidade do Vale do Taquari (Univates) para que o corpo técnico da instituição desenvolva estudos que subsidiem o desenvolvimento dos Planos Diretores. O contrato terá duração de 20 meses e inclui a destinação de R\$ 3,1 milhões do Tesouro Estadual para a elaboração dos produtos. A entrega do primeiro produto, "Zoneamento de Risco e Diretrizes Preliminares de Ocupação Prioritária"; já foi realizada; o segundo encontra-se em desenvolvimento.

Solução Baseada na Natureza - Cruzeiro do Sul



O projeto tem como finalidade a recuperação e transformação do bairro Passo de Estrela, em Cruzeiro do Sul, após a devastação causada pelas enchentes de maio de 2024. A iniciativa prevê um conjunto de ações para limpeza, separação e reaproveitamento de materiais, seguido da implantação de um parque alagável implementando Soluções Baseadas na Natureza (SBN) em uma área de aproximadamente 250.000 metros quadrados.

Dessa forma, busca-se assegurar a resiliência do local em possíveis eventos meteorológicos futuros e

mitigar os impactos dos desastres recentes, contribuindo para a requalificação ambiental, social e cultural do município.

Atualmente, o governo está realizando a limpeza do local, buscando a destinação adequada dos rejeitos e o reaproveitamento dos resíduos pelo município. Além disso, foi aprovado o recurso para a contratação de uma empresa especializada para o desenvolvimento do projeto de transformação da área afetada.

Antes



Área devastada logo depois da enchente, em Cruzeiro do Sul. Crédito: Gustavo Mansur

Depois



Ilustração de como ficará o parque



Centro da Juventude de Alvorada - Crédito: Mauricio Tonetto

Centros da Juventude – Reconstrução

O projeto consiste na criação de 12 Centros de Referência para a Juventude nas áreas de maior vulnerabilidade social e violência entre jovens no Rio Grande do Sul, conforme dados do Programa RS Seguro e do Cadastro Único. Esses centros, localizados em municípios afetados pelas enchentes de 2024, oferecerão atividades nos eixos socioeducativo e cultural, com oficinas de qualificação profissional e palestras que promovam a saúde e o desenvolvimento do público jovem (de 15 a 29 anos).

A criação de Centros de Referência para a Juventude é importante em um contexto de reconstrução pós-catástrofe, pois oferece um suporte estruturado aos jovens em situação de vulnerabilidade social. Em situações de calamidade, como as causadas pelas cheias de 2024, os jovens estão entre os grupos mais impactados, sofrendo consequências que vão desde a interrupção da educação até o agravamento de vulnerabilidades socioeconômicas.

Além disso, esses centros promovem a resiliência comunitária ao criar oportunidades de capacitação e engajamento social, que ajudam os jovens a superarem barreiras econômicas e sociais causadas pelo desastre. Esse apoio contribui para que eles se tornem agentes transformadores em suas comunidades, participando ativamente da reconstrução e desenvolvimento dos territórios afetados. O envolvimento em atividades de qualificação e de cidadania contribui também para a formação de um senso de pertencimento e responsabilidade social, aspectos que são determinantes para evitar a reincidência da

vulnerabilidade e promover uma inclusão social mais ampla.

O projeto visa atuar em territórios com elevados índices de criminalidade, onde faltam espaços estruturados para o atendimento e o desenvolvimento do público jovem, bem como em áreas que foram severamente atingidas pelos eventos de maio de 2024. Os selecionados foram:

- Alvorada: bairro Umbu
- Canoas: bairro Guajuviras
- Caxias do Sul: bairro Santa Fé
- Gravataí: bairro Vera Cruz
- Novo Hamburgo: bairro Santo Afonso
- Passo Fundo: bairro Centro
- Pelotas: bairro Jardim Europa
- Porto Alegre: bairro Santa Tereza
- Rio Grande: bairro Cohab IV
- Santa Maria: bairro Nossa Senhora do Rosário
- São Leopoldo: bairro Vicentina
- Viamão: bairro Esmeralda

Por meio de atividades socioeducativas, culturais e de qualificação profissional, os Centros de Referência para a Juventude propõem alternativas de inclusão e valorização do indivíduo, colaborando para a redução dos índices de criminalidade entre a população jovem e para a formação de uma juventude ativa e engajada.

Foram aprovados R\$ 14 milhões em recursos provenientes do Fundo do Plano Rio Grande para a criação dos 12 Centros de Referência para a Juventude.

Centro Dia para Pessoas Idosas – 2ª edição

O projeto visa implantar novas unidades do Centro Dia para Pessoas Idosas nos municípios do Rio Grande do Sul que foram afetados por eventos meteorológicos e que declararam situação de emergência ou calamidade pública.

Em contextos de desastres socioambientais, as desigualdades sociais se intensificam e os impactos tendem a ser mais complexos e danosos para as populações mais vulneráveis. Assim, a garantia do cuidado e proteção dos membros familiares mais frágeis, como as pessoas idosas, por meio da implantação de unidades de Centros Dia para Pessoas Idosas, é uma ação estratégica de médio e longo prazo para que familiares de pessoas idosas com algum grau de dependência possam se apoiar e encontrar possibilidades de reinserção no mercado de trabalho, gerando renda e mais autonomia para as famílias contempladas.

O projeto busca ampliar o atendimento da população idosa por meio da implantação de 20 unidades de Centro Dia para Pessoas Idosas e viabilizar o

pagamento da segunda parcela dos convênios da 1ª edição do projeto (firmados em dezembro de 2024). O objetivo é promover os direitos desses sujeitos e de suas famílias, em especial para os grupos em vulnerabilidade e risco social com pessoas idosas que possuem algum grau de dependência de cuidados.

Foi aprovada a utilização de R\$ 26,7 milhões em recursos do Fundo do Plano Rio Grande para o projeto. Desse recurso, R\$ 19 milhões serão destinados à implantação das 20 unidades; e R\$ 7,7 milhões para pagar a segunda parcela dos convênios com 26 municípios para igual número de Centros Dia que estavam em andamento, firmados em dezembro de 2024.

O chamamento para “Manifestação de Interesse para Implantação de Unidades de Centro Dia para Pessoas Idosas no RS - 2ª Edição” está aberto desde 28 de março de 2025, com destinação de até R\$ 950.000 para cada município.

Reforço da rede de energia

O projeto de reforço da rede de energia prevê um conjunto de ações para fortalecer a resiliência da rede de distribuição de energia elétrica do Rio Grande do Sul, reduzindo o tempo de resposta das concessionárias em situações críticas e incentivando a adoção de medidas preventivas. São propostas medidas coordenadas entre a administração pública, as agências reguladoras (Aneel e Agergs) e as concessionárias de energia, visando viabilizar investimentos antecipados em infraestrutura e aprimorar a eficiência na resposta a crises.

O objetivo é implementar um conjunto de ações que incentivem a preparação de equipes, a manutenção preventiva de equipamentos e a aceleração de investimentos com vistas a reduzir o tempo de resposta e aumentar a resiliência da rede de distribuição de energia elétrica frente aos eventos meteorológicos extremos. Esse esforço busca garantir maior segurança energética e minimizar os impactos das adversidades climáticas sobre a população e a economia do Estado.

Telefonia (roaming)

O projeto de Telefonia (roaming) prevê o estabelecimento de protocolos com as operadoras de telefonia celular e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para viabilizar a interoperabilidade entre redes em situações de calamidade pública. Além disso, a iniciativa reforça a importância da atuação conjunta entre o setor público, as empresas de telecomunicações e a Anatel na implementação de medidas preventivas e corretivas.

As ações visam garantir que os usuários tenham acesso a qualquer rede disponível em momentos de calamidade pública, a partir de protocolos estabelecidos com as operadoras de telefonia celular e a Anatel.

Universalização de água e esgoto

O Novo Marco do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020) estabeleceu metas de universalização dos serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário até 2033. No Rio Grande do Sul, a regionalização dos serviços resultou na criação da Unidade Regional de Saneamento Básico (URSBs), com a URSB 1 sob responsabilidade da Corsan, Aegea e a URSB 2 composta por 180 municípios com diferentes modelos de gestão.

Enquanto a URSB 1 já tem um modelo estruturado, a URSB 2 ainda enfrenta desafios para alcançar as metas de saneamento. Diante disso, torna-se essencial estruturar soluções para esses municípios, garantindo investimentos, suporte técnico e eficiência regulatória, assegurando a melhoria das condições sanitárias e da qualidade de vida da população.

O projeto busca apoiar os municípios da URSB 2 na estruturação de soluções para a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme as exigências do Novo Marco do Saneamento Básico. Diante da necessidade de investimentos e da diversidade de modelos de gestão nos municípios não atendidos pela Corsan, o Estado atuará na assessoria técnica e regulatória, na viabilização de investimentos e no fortalecimento da governança e fiscalização dos serviços.

Com isso, pretende-se garantir o cumprimento das metas de 99% de cobertura de água potável e 90% de esgotamento sanitário até 2033, promovendo qualidade de vida e desenvolvimento sustentável para a população.

Aeroporto Backup

O projeto prevê a construção e operacionalização do Aeroporto de Vila Oliva, a ser construído em Caxias do Sul, em uma parceria entre governo federal, Estado do Rio Grande do Sul e Município de Caxias do Sul. O aeroporto se tornará um polo estratégico para a aviação no RS, reduzindo a vulnerabilidade do sistema de transporte aéreo gaúcho diante de crises e imprevistos.

O objetivo é garantir uma alternativa viável ao Aeroporto Salgado Filho para assegurar a continuidade das operações aéreas no Estado em situações de emergência.

Sistema de proteção contra cheias



Os sistemas de proteção contra cheias reúnem um conjunto de medidas estruturais e não estruturais que têm como objetivo proteger áreas urbanas das inundações.

As medidas estruturais são obras de engenharia – como diques, canais de drenagem, casas de bombas, reservatórios e comportas – que atuam diretamente na contenção ou desvio da água. Já as medidas não estruturais envolvem ações de planejamento e gestão de riscos, como sistemas de alerta, mapeamento de áreas de risco, regras de uso do solo e protocolos de evacuação.

Juntas, as ações ajudam a reduzir o impacto das cheias sobre a população, a infraestrutura e os serviços essenciais. Cada etapa no planejamento e implementação dos sistemas é orientada por estudos técnicos envolvendo especialistas. No governo do Estado, isso representa profissionais das secretarias da Reconstrução Gaúcha, de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano e de Planejamento, Governança e Gestão; além da Metroplan.

Sistema de Proteção contra as Cheias da Bacia do Jacuí – Eldorado do Sul

O Sistema de Proteção Contra Cheias (SPCC) da Bacia do Jacuí atende ao município de Eldorado do Sul. A área urbana de Eldorado do Sul se localiza em uma região extremamente plana, às margens do rio Jacuí. As altitudes da área urbana, em relação ao nível do mar, variam entre 1,60m e 5,70m. Essas duas características tornam a cidade extremamente suscetível à ocorrência de enchentes que atingem, principalmente, os bairros Chácara, Cidade Verde e Vila da Paz. O objetivo do SPCC é proteger o município de Eldorado do Sul contra as cheias.

A proposta foca na concepção e avaliação de alternativas estruturais para proteger as áreas vulneráveis às inundações, além de propor ações de longo prazo voltadas à prevenção e mitigação de desastres futuros.

Está em andamento a contratação para atualização do anteprojeto. Em seguida, será realizada contratação integrada de projetos básicos e executivos de engenharia, elaboração dos estudos ambientais para obtenção da licença de instalação e execução da obra.

Esses estudos desenvolverão ações de mitigação dos

Em fevereiro de 2025, durante uma visita a Rotterdam, na Holanda, o governador anunciou planos para criar uma autoridade estadual de águas. Essa nova entidade será responsável por definir políticas públicas e gerenciar sistemas integrados de proteção contra cheias no Estado. O governo ainda está avaliando se a estrutura terá formato de agência ou autarquia, com o objetivo de estabelecer uma unidade técnica e operacional que possa formular, liderar e garantir processos de articulação eficazes na gestão dos recursos hídricos.

Além disso, é considerada a possibilidade de se criar uma autoridade metropolitana específica para a Região Metropolitana de Porto Alegre, visando coordenar responsabilidades entre os municípios dessa área vulnerável a inundações. A proposta será encaminhada à Assembleia Legislativa por meio de um Projeto de Lei, buscando modernizar a gestão das águas e prevenir desastres naturais.

impactos de possíveis futuros eventos meteorológicos extremos com base na definição de medidas estruturais e não estruturais integradas que venham a proteger o município ao longo do tempo, prevendo ações corretivas e preventivas, com horizontes de curto a longo prazo.

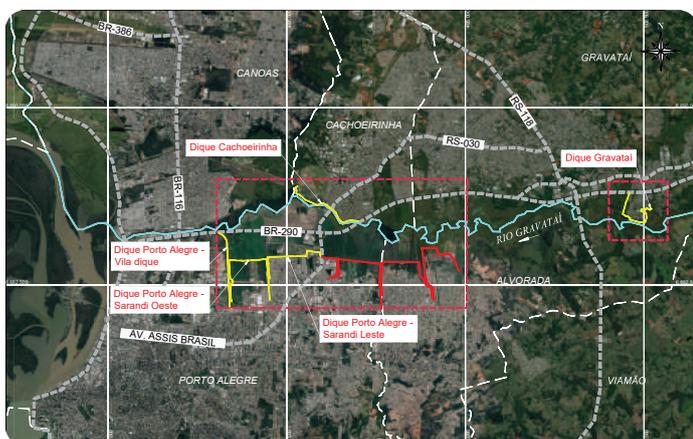


Sistema de proteção contra cheias de Eldorado do Sul

Sistema de Proteção contra as Cheias - Bacia do Gravataí

A medida busca a atualização dos estudos de alternativas e projetos para minimização do efeito das cheias e estiagens na bacia do Rio Gravataí, de forma que seja considerada e implantada a recomposição e reconstrução dos Diques de Porto Alegre, nos Bairros Vila Dique, Sarandi (Oeste e Leste); e a construção de um novo dique a oeste da av. General Flores da Cunha; em Cachoeirinha; além de um novo dique e casa de bombas no bairro Caça e Pesca, em Gravataí.

O desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) está sendo finalizado atualmente.



Localização das intervenções para minimização de cheias no Baixo Gravataí.

Sistema de Proteção contra as Cheias - Bacia do Taquari-Antas

A ação visa elaborar os estudos de alternativas e projetos para minimização do efeito das cheias na bacia do rio Taquari-Antas. A região é reconhecida pela ocorrência de inundações históricas registradas desde 1941. Os últimos eventos extremos aconteceram em setembro e novembro de 2023 e maio de 2024. Conforme o Mapa Único do Plano Rio Grande, 79% da população em Muçum e 54,5% da população em Roca Sales foi atingida.

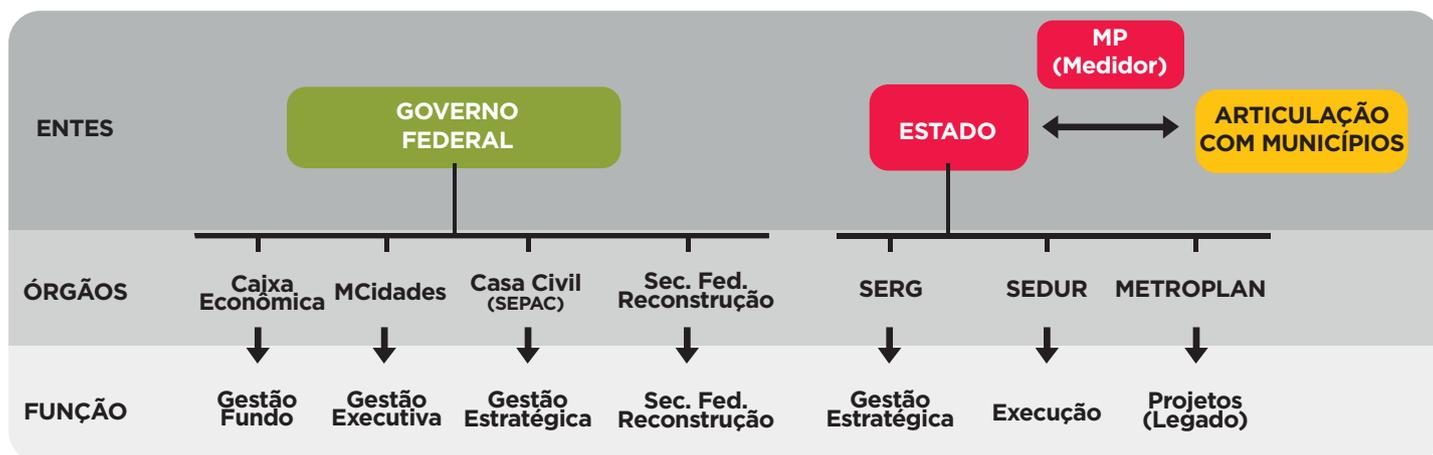
No momento, o termo de referência foi finalizado apresentando todas as necessidades de produtos que devem ser executados.

Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos (Firece)

O Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos (Firece) foi constituído em dezembro de 2024 pela Caixa Econômica Federal, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

Na mesma data, foi publicado o Plano de Aplicação pela Presidência da República, com o total de R\$ 6,5 bilhões. Portanto, não são recursos livres, mas destinados à projetos específicos. Atualmente, a estrutura de governança do Firece

integra diferentes atores organizacionais da União, dos Estados e dos municípios. O objetivo é garantir uma gestão eficiente e efetiva do fundo, de forma que não ocorra a sobreposição de ações e que as reais necessidades dos municípios sejam consideradas.



O plano de aplicação dos recursos corresponde a oito ações, que incluem estudos, projetos e obras em diversas localidades, predominantemente na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Ações	Síntese de Intervenções	Municípios	Valor (R\$)
Arroio Feijó (Porto Alegre e Alvorada)	Dique Principal: Rio Gravataí; Diques Internos: Arroio Santo Agostinho; Arroio Feijó; Arroio São João; Arroio Águas Belas; Bacias de amortecimento; Casas de Bombas.	Porto Alegre Alvorada	2.500.000.000,00
Bacia do Gravataí	Dique Porto Alegre - Vila Dique; Dique Porto Alegre - Sarandi Oeste; Dique Porto Alegre-Sarandi-Leste; Dique Cachoeirinha; Dique Gravataí e Proteção ambiental do banhado: MiniBarramentos para Recuperação do Banhado Grande	Porto Alegre, Alvorada, Viamão, Gravataí e Cachoeirinha	450.000.000,00
Eldorado do Sul	Estação de bombeamento de águas pluviais, galeria de águas pluviais, canais abertos, sistema de pôlderes - reservatório de amortecimento de cheias e equipamentos de mobilidade e lazer	Eldorado do Sul	531.000.000,00
Bacia do Rio dos Sinos	Sistema Dique/Pôlderes Elevação de Diques, diques de proteção alternativas estruturais	Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Nova Santa Rita, Rolante, Novo Hamburgo, Campo Bom, São Leopoldo e Igrejinha	1.900.000.000,00
RM Porto Alegre	Melhorias nos sistemas de proteção - pôlderes Galerias de águas pluviais, canais fechados, estação de bombeamento de águas pluviais, canais abertos	Porto Alegre	502.000.000,00
São Leopoldo	Casa de bombas nº 07 localizada no Pôlder V redes de galerias auxiliares	São Leopoldo	69.300.000,00
Municípios da Bacia do Caí	Elaboração de projeto para obras de prevenção a desastres em municípios da bacia do Caí.	Municípios da Bacia do Caí: Montenegro, São Sebastião do Caí, Harmonia e Pareci Novo e outros	14.500.000,00
Atividades acessórias e complementares	Complementação e ajustes de projetos, custeio do fundo e outros custos relacionados aos projetos	-	533.200.000,00
TOTAL			R\$ 6.500.000.000,00

Revisão dos Projetos Medida de Segurança

Alguns projetos, cujo objeto está entre as soluções de intervenção do Firece, foram iniciados há vários anos, mas estavam paralisados ou não tinham viabilidade técnica ou financeira. O histórico desses projetos sempre esteve atrelado à disponibilidade de recursos, sendo cada etapa realizada mediante aprovação no PAC ou outros programas federais.

Todos os estudos existentes precisam ser atualizados. Os eventos recentes mostraram que o volume de água e a frequência das cheias mudaram. Isso exige uma revisão técnica completa para garantir que as soluções realmente protejam as áreas mais vulneráveis. A revisão impacta não apenas na efetividade na execução da obra (sem interrupções), mas também na eficiência alocativa dos recursos públicos.

A atualização consiste em:

- Pesquisas em campo, coleta de informações sobre o terreno, como batimetria e topografia para determinar as novas cotas;
- Cálculos de atualização do modelo hidrodinâmico (comportamento da água para diferentes cenários de chuvas e ventos);
- Modernização dos equipamentos, como bombas submersíveis;
- Revisão de falhas ignoradas anteriormente;
- Diagnóstico atualizado da ocupação do solo.

8 - O Plano Rio Grande na vida das pessoas

O principal motivo para o Plano Rio Grande existir são as pessoas. Os projetos e as iniciativas são pensados para o presente e o futuro da população.

A seguir, relatos e depoimentos de pessoas que são exemplos de superação e foram beneficiadas pelas entregas do plano.

“Quando saímos de casa, foi apenas com a roupa do corpo. E quando a gente pensou que poderia voltar, não tinha mais para onde voltar. Perdi quase tudo, mas agora tenho uma casa provisória. A gente achava que não ia acontecer. E aconteceu. É um sonho.”

Veja o depoimento completo em:



Beatriz da Trindade

Moradora de Cruzeiro do Sul e beneficiária do A Casa é Sua - Moradias Temporárias

“Nós contamos com 420 alunos. A enchente devastou o primeiro andar inteiro. Depois dos três meses em que ficamos fechados, a escola reabriu para limpeza e higienização. E tão logo abriu as portas, já começou a chegar o mobiliário todo disponibilizado pela Secretaria da Educação.”

Veja o depoimento completo em:



Karla Bolson

Diretora da Escola Estadual de Ensino Médio Souza Lobo, em Porto Alegre, uma das instituições de ensino beneficiadas com repasses de mais de R\$ 72 milhões do Governo do Estado (via Agiliza), R\$ 40 milhões (para mobiliários e equipamentos escolares) e R\$ 18,2 milhões (merenda escolar).

“A enchente foi terrível na nossa região. Entrou água acima do teto. E perdi tudo também. Não sobrou nada. Me cadastrei no MEI Calamidade, que me ajudou 300%. Olhei na minha conta, entrou R\$ 1.500. Fui atrás da segunda parcela. Além do dinheiro, fiz a consultoria gratuita oferecida pelo governo, que vale mais ainda, porque o conhecimento tu leva para o resto da vida.”

Veja o depoimento completo em:



Rogério da Silva

Cabeleireiro no município de São Leopoldo

“Eu perdi quase tudo na enchente. Depois disso, saber que eu ia ter um banheiro só pra nós me deixou feliz mesmo. Não via a hora de chegar a mudança.”

Veja o depoimento completo em:



Ana Maria Ribeiro

Moradora de Encantado e beneficiária do A Casa é Sua - Moradias Temporárias

“A água entrou, inundou por cerca de três metros de altura o hospital. Fomos impactados em mais de R\$ 1 milhão. Aqui, as pessoas acharam forças que não se sabe onde estavam.”

Veja o depoimento completo em:



Rosane Maria Kanitz

Diretora administrativa do Hospital Beneficente Sinumbi, uma das instituições de saúde beneficiadas com repasses para a infraestrutura de mais de R\$ 45 milhões do Governo do Estado para 244 hospitais.



**Assista a todos os depoimentos em
youtube.com/@governadores**

9 – Saiba mais

Mais informações, documentos relativos ao Plano Rio Grande e relatórios podem ser acessados em:

Plano Rio Grande planoriogrande.rs.gov.br

Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP) mup.rs.gov.br

SOS Enchentes sosenchentes.rs.gov.br

Abrigos social.rs.gov.br/monitoramento

Transparência na calamidade pública
transparencia.rs.gov.br/calamidade-publica-2024/
e nos demais canais de comunicação do Governo do RS.

RIO
GRANDE
DO
FUTURO

